

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

VINICIUS NEVES SOEIRO

O NEGRO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO:
uma análise na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações

São Luís
2024

VINICIUS NEVES SOEIRO

O NEGRO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO:

uma análise na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações

Monografia apresentada ao Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão para a obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora: Profa. Dra. Claudia Maria Pinho de Abreu Pecegueiro

São Luís

2024

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Soeiro, Vinicius Neves.

O negro na Ciência da Informação : uma análise na
Biblioteca Digital de Teses e Dissertações / Vinicius
Neves Soeiro. - 2024.

67 f.

Orientador(a): Claudia Maria Pinho de Abreu Pecegueiro.
Monografia (Graduação) - Curso de Biblioteconomia,
Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2024.

1. Negro. 2. Biblioteca Digital de Teses e
Dissertações (bdtd). 3. Ciência da Informação. 4. . 5.
. I. Pecegueiro, Claudia Maria Pinho de Abreu. II.
Título.

VINICIUS NEVES SOEIRO

O NEGRO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO:

uma análise na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações

Monografia apresentada ao Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão para a obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora: Profa. Dra. Claudia Maria Pinho de Abreu Pecegueiro

Aprovada em: __/__/____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Claudia Maria Pinho de Abreu Pecegueiro (orientadora)
Doutora em Ciência da Educação
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dra. Jaciara Januário da Silva (examinador)
Doutora em Multimédia em Educação
Universidade de Aveiro

Prof. Dra. Maria da Gloria Serra Pinto de Alencar (examinador)
Doutora em Políticas Públicas
Universidade Estadual do Piauí

São Luís
2024

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha profunda gratidão à minha orientadora, Profa. Dra. Claudia Maria Pinho de Abreu Pecegueiro, pela orientação, apoio e dedicação ao longo de todo o desenvolvimento deste trabalho. Sua expertise e paciência foram fundamentais para a realização deste projeto.

Agradeço também aos meus pais, cujo amor e incentivo incondicional me acompanharam em cada etapa dessa jornada. Sem o apoio de vocês, nada disso seria possível.

Às Prof. Dra. Jaciara Januário da Silva, e à Prof. Dra. Maria da Gloria Serra Pinto de Alencar examinadoras desta banca, meu cordial agradecimento.

Por fim, um agradecimento especial aos meus amigos, que estiveram ao meu lado, oferecendo suporte emocional e motivação nos momentos mais desafiadores. A presença de vocês fez toda a diferença. A todos, meu sincero agradecimento.

RESUMO

Estudo feito na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), que busca responder aos seguintes questionamentos: Com que frequência os termos Ciência da Informação e Negro aparecerem relacionados nas teses e dissertações selecionadas? De que forma o negro é representado nas teses da área da CI analisadas? Dessa forma, possui por objetivo geral, analisar a representação do negro na Ciência da Informação (CI), descrita nas teses e dissertações indexadas na BDTD, no recorte temporal de 2002 a 2022. Traz como objetivos específicos: mapear as teses e dissertações, na área da CI, indexadas na BDTD, que abordam o corpus da pesquisa; relacionar as formas de representação do negro nas teses indexadas na BDTD. Do ponto de vista metodológico, se caracteriza como pesquisa descritiva, empregando, em sua etapa inicial, a pesquisa bibliográfica e documental destacando Revisão Sistemática de Literatura no levantamento e análise da produção acadêmica, relacionada a temática. Os resultados apontam que as teses e dissertações analisadas tiveram o ano de 2019 com maior produção devido o aumento de financiamento, maior conscientização e a consolidação de redes acadêmicas, que as Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Universidade Federal de Goiás (UFG) produziram respectivamente 36 e 18 trabalhos resgatados com os descritores utilizados na pesquisa. No tocante aos termos mais utilizado na descrição temática das teses analisadas, foram eles: Identidade Negra e Questão Racial; Movimentos Sociais e Resistência; Memória e Arquivamento; Interseccionalidade Entre Raça e Gênero; Tecnologia e Comunicação; Educação e Decolonialidade e Cidadania e Políticas Sociais. A partir dos trabalhos analisados, conclui-se que a complexidade e a interseccionalidade das experiências e identidades negras são exploradas dentro desse campo do conhecimento, os documentos oferecem uma visão multifacetada e enriquecedora da representação do negro na Ciência da Informação, destacando tanto os desafios quanto as possibilidades de promover uma representação mais inclusiva, equitativa e empoderadora.

Palavra-chave: negro; Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD); Ciência da Informação.

ABSTRACT

Study carried out in the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD), which seeks to answer the following questions: How often do the terms Information Science and Black appear related in the selected theses and dissertations? How is black people represented in the theses of the area of CI analyzed? Thus, its general objective is to analyze the representation of black people in Information Science (IC), described in the theses and dissertations indexed in BDTD, in the time frame from 2002 to 2022. Its specific objectives are: to map the theses and dissertations, in the area of IC, indexed in the BDTD, which address the corpus of the research; to relate the forms of representation of blacks in the theses indexed in BDTD. From the methodological point of view, it is characterized as descriptive research, employing, in its initial stage, bibliographic and documentary research, highlighting Systematic Review of Literature in the survey and analysis of academic production, related to the theme. The results indicate that the theses and dissertations analyzed had the year 2019 with the highest production due to the increase in funding, greater awareness and the consolidation of academic networks, that Universidade Federal da Paraíba (UFPB) and the Universidade Federal de Goiás (UFG) produced respectively 36 and 18 works rescued with the descriptors used in the research. Regarding the terms most used in the thematic description of the theses analyzed, they were: Black Identity and Racial Question; Social Movements and Resistance; Memory and Archiving; Intersectionality Between Race and Gender; Technology and Communication; Education and Decoloniality and Citizenship and Social Policies. From the analyzed works, it is concluded that the complexity and intersectionality of black experiences and identities are explored within this field of knowledge, the documents offer a multifaceted and enriching view of the representation of black people in Information Science, highlighting both the challenges and the possibilities of promoting a more inclusive, equitable and empowering representation.

Keywords: black; Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD); Information Science.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	14
3 APONTAMENTOS SOBRE A TRAJETÓRIA DO NEGRO, NO BRASIL, NA PERSPECTIVA DA LEGISLAÇÃO	20
4 RELACIONAMENTOS ENTRE A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, BIBLIOTECONOMIA E IDENTIDADE E MEMÓRIA.....	30
5 A REPRESENTAÇÃO DO NEGRO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	35
5.1 O negro nas teses e dissertações na área da Ciência da Informação indexados na BDTD	36
5.1.1 Trabalhos publicados por instituição	36
5.1.2 Áreas do conhecimento.....	39
5.1.3 Assunto indexado <i>versus</i> Área do conhecimento.....	40
5.1.4 Ano de defesa	41
6 O NEGRO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: uma análise quantitativa das teses na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações	44
6.1 Conceitos encontrados.....	50
6.1.1 Identidade Negra e Questão Racial	50
6.1.2 Movimentos Sociais e Resistência	50
6.1.3 Memória e Arquivamento.....	51
6.1.4 Interseccionalidade entre Raça e Gênero	51
6.1.5 Tecnologia e Comunicação	52
6.1.6 Educação e Decolonialidade	52
6.1.7 Cidadania e Políticas Sociais	53
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
REFERÊNCIAS.....	56
APÊNDICE A – TESES UTILIZADAS NA PESQUISA	61

1 INTRODUÇÃO

O registro científico muitas vezes é feito por meio de artigos, conferências, livros e outros meios, preservando, assim, de forma sistemática os resultados e observações das pesquisas. Essa dinâmica é fundamental para garantir que as descobertas sejam documentadas de maneira duradoura e acessível a outros pesquisadores, permitindo a replicação e a verificação dos resultados.

Ao contrário de artigos mais curtos, os Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) geralmente permitem uma exploração mais detalhada e aprofundada de um tópico específico, possibilitando que os autores apresentem uma análise mais completa da sua pesquisa, métodos e resultados. Para estudantes de graduação e pós-graduação, a elaboração de monografias, dissertações e teses é muitas vezes uma parte significativa na sua formação acadêmica, esses trabalhos não apenas contribuem para o conhecimento existente, mas também auxiliam na formação ou sedimentação de conhecimentos e de novas pesquisas.

Comumente, dissertações e teses são posteriormente disponibilizadas em repositórios universitários ou outras plataformas online, possibilitando que interessados tenham acesso a esse conhecimento, ampliando a divulgação e o impacto da pesquisa. Esses trabalhos não apenas representam a conclusão de um ciclo educacional, mas também um papel vital na disseminação e avanço do conhecimento científico ao longo do tempo.

Nesse cenário, a formalização de infraestruturas informacionais é essencial para gerenciar, armazenar e disponibilizar dados digitais de pesquisa, implicando na criação de repositórios digitais, sistemas de gerenciamento de dados, padrões de metadados e políticas de preservação.

A disponibilização de dados digitais de pesquisa segue os princípios de acesso aberto, tendo sua definição pela Budapest Open Access Initiative (BOAI) como:

“Acesso aberto” à literatura científica revisada por pares significa a disponibilidade livre na Internet, permitindo a qualquer usuário ler, fazer download, copiar, distribuir, imprimir, pesquisar ou referenciar o texto integral desses artigos, recolhê-los para indexação, introduzi-los como dados em software, ou usá-los para outro qualquer fim legal, sem barreiras financeiras, legais ou técnicas que não sejam inseparáveis ao próprio acesso a uma conexão à Internet. As únicas restrições de reprodução ou distribuição e o único papel para o direito autoral neste domínio é dar aos autores o controle sobre a

integridade do seu trabalho e o direito de ser devidamente reconhecido e citado. (BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE, 2024).

Conforme destacado, o acesso aberto promove a transparência e facilita o acesso do público em geral às descobertas científicas, contribuindo para uma cultura mais aberta e colaborativa na pesquisa.

Nessas circunstâncias, muitas instituições estão adotando políticas de acesso aberto, que incentivam a disponibilização gratuita e online de pesquisas e recursos educacionais em repositórios institucionais, muitas vezes associados a bibliotecas digitais. Estes desempenham um papel crucial nesse contexto, a exemplo disso, tem-se a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações vinculada ao Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), propiciando que pesquisas acadêmicas sejam facilmente acessíveis a um público mais amplo. Ou seja, ao facilitar a disseminação do conhecimento, ajuda, inclusive, a superar barreiras geográficas, socioeconômicas e raciais que podem limitar o acesso à informação, considerando que educação, em especial a universitária, historicamente foi elitizada, como aponta Orso (2020):

Partindo do pressuposto de que a universidade é um espaço privilegiado da produção de conhecimento crítico e transformador, torna-se relevante destacar que apesar de registros que apontam a manutenção de cursos de teologia pelos jesuítas, é somente com a chegada de D. João VI, a partir de 1808, que se têm efetivamente os primeiros cursos superiores no Brasil, o que leva a trajetória do ensino superior brasileiro acompanhar intrinsecamente o próprio processo de ampliação e consolidação da economia do país. Portanto, as iniciativas de ensino superior no Brasil foram tardias e reforçaram um processo de elitização do ensino, já que os pertencentes às classes mais abastadas, não raras vezes, iam fazer os seus cursos superiores em Portugal.

Em terras brasileiras, pessoas negras, em particular, enfrentaram barreiras adicionais devido à discriminação racial e à falta de oportunidades educacionais, resultando em uma baixa representação de pessoas negras em ambientes de educação formal.

Quando pensamos especificamente as relações étnico-raciais na escola, não podemos deixar de destacar o quão é exaltado o ideário da “democracia racial” brasileira, ou seja, do Brasil como o “paraíso racial” o “país da mistura”. Isso pode ser observado desde os livros didáticos adotados até as falas de professores/as tanto nas reuniões de planejamento pedagógico quanto em sala aula. Apesar disso,

da existência de um discurso que arrazoa a igualdade independente da “cor”, do “sexo”, do “credo”, etc., percebemos a atuação perversa de preconceitos — notadamente o racismo. E isso, também vai desde os livros didáticos até as falas dos professores/as. (Cirqueira, 2010)

Somente no século vinte, década de 1970, ocorreu uma intensificação do movimento negro contemporâneo no Brasil, a exemplo do Movimento Negro Unificado (MNU) fundado em 1978 “[...] uma entidade em nível nacional que marcou a história do movimento negro contemporâneo e é considerada como um dos principais protagonistas na luta antirracista brasileira.” (Gomes, 2011, p. 141).

A partir de movimentos como este, houve uma crescente conscientização sobre as questões raciais, permitindo que alguns ativistas envolvidos nesse processo se inserirem no ambiente universitário. Surge, então, um movimento denominado negro acadêmico, uma expressão mais formalizada da atuação de acadêmicos negros na promoção de uma educação mais inclusiva e igualitária. Esses grupos buscavam não apenas a representatividade, mas também a revisão de currículos, políticas de inclusão e o enfrentamento de práticas discriminatórias.

Ao longo do tempo, houve uma preocupação em superar o atraso da participação dos negros na sociedade, em termos de inclusão e diversidade nas universidades brasileiras, com políticas afirmativas e ações que buscam enfrentar as desigualdades históricas.

As ações afirmativas trazem em si uma nova pedagogia: a pedagogia da diversidade, a qual produz saberes. Estes deveriam ser matéria de reflexão teórica, uma vez que possibilitam a construção de um diálogo epistemológico. No caso específico da educação superior, essas políticas deveriam ser entendidas como canais profícuos de chegada à Universidade de saberes produzidos não só pelo movimento negro e pela comunidade negra em geral, mas, sobretudo, pela juventude negra. (Gomes, 2011, p. 138)

No entanto, ainda persistem desafios relacionados à representatividade, permanência e combate ao racismo no ambiente acadêmico.

A atuação desses grupos e do movimento negro caracterizado como “[...] luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural” (Domingues, 2007, p. 101), contribuiu para sensibilizar a comunidade

acadêmica sobre a importância da diversidade e para promover mudanças estruturais nas instituições de ensino superior no Brasil.

Motivado pela necessidade de compreender o entendimento da representação do negro nas produções científicas, surgiu o interesse pela temática: “A representação do negro na Ciência da Informação: uma análise na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações”. Portanto, o estudo em pauta tem significativa importância dada sua relevância no meio acadêmico, sobretudo quanto à interpretação e análise das produções acadêmicas: teses e dissertações, acerca do tema. Desse modo, espera-se que as reflexões aqui apresentadas sirvam de subsídios para novas pesquisas para aqueles que irão lê-la.

À vista disso, procura-se estudar a produção científica sobre o Negro na Ciência da Informação no âmbito da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), a fim de responder os seguintes questionamentos:

Com que frequência os termos Ciência da Informação e Negro aparecerem relacionados nas teses e dissertações selecionadas? De que forma o negro é representado nas teses da área da CI analisadas?

Considerando as questões referidas aos problemas levantados, o estudo tem como objetivo geral analisar a representação do negro na CI, descrita nas teses indexadas na BDTD, no recorte temporal de vinte anos, 2002 a 2022. Por conseguinte, os objetivos específicos foram:

- mapear as teses e dissertações, na área da CI, indexadas na BDTD, que abordam o corpus da pesquisa;
- relacionar as formas de representação do negro nas teses indexadas na BDTD.

Do ponto de vista metodológico, quanto aos seus objetivos o estudo se caracteriza como pesquisa descritiva, que busca entender, de acordo com Silva e Menezes (2000, p. 21), “características de determinada população ou fenômeno”. Trata-se de análise documental, fonte de referência dos estudos sobre a sociedade, a partir das teses indexadas da BDTD, quando “[...] compreende a identificação, verificação, e apreciação de documentos para determinado fim” (Moreira, 2008, p. 272), no caso específico, a representação do negro da referida base.

Como técnica, utiliza-se a revisão bibliográfica de literatura cuja finalidade é proceder a uma análise abrangente de materiais acadêmicos e científicos, já publicados sobre um determinado tema ou área de estudo.

Estruturalmente, este trabalho está dividido em seis seções: a primeira seção corresponde à introdução do trabalho, no intuito de apresentar ao leitor as suas propostas e delimitações, contextualizando ao tema da pesquisa, a motivação, a justificativa e problemática e os objetivos do estudo. A segunda seção aborda os procedimentos metodológicos do estudo, salientando a caracterização, delineamento, métodos e técnicas da pesquisa.

A terceira e quarta seções apresentam a revisão de literatura que busca se fundamentar em dois temas. Inicialmente trazer alguns apontamentos sobre a trajetória educacional do negro no Brasil, na perspectiva da legislação. O segundo tema de análise remete aos relacionamentos entre a ciência da informação, biblioteconomia e identidade e memória.

A quinta seção apresenta análises e discussão dos resultados, de acordo com as pesquisas realizadas. Em seguida, na sexta seção, se expõe as conclusões do estudo, destacando-as conforme os objetivos propostos na pesquisa.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No que se refere aos procedimentos metodológicos, este trabalho constitui-se de uma pesquisa descritiva de caráter quanti-qualitativa, que segundo Silva e Menezes (2001, p.21):

[...] visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática. Assume, em geral, a forma de levantamento.

Enfatiza-se aspectos numéricos e críticos analisados nas teses e dissertações indexadas Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), no período de 2002 a 2022, por isso adotou-se uma metodologia de cunho quantitativo, quando usa variáveis mensuráveis como total de trabalhos indexados, no caso teses e dissertações relacionadas com o tema proposto. Contudo, faz-se o uso de método qualitativo, na medida em que se busca compreender e analisar os valores descritos nos temas. Nas palavras de Minayo e Sanches (1993, p. 247):

A relação entre quantitativo e qualitativo, entre objetividade e subjetividade não se reduz a um continuum, ela não pode ser pensada como oposição contraditória. Pelo contrário, é de se desejar que as relações sociais possam ser analisadas em seus aspectos mais “ecológicos” e “concretos” e aprofundadas em seus significados mais essenciais. Assim, o estudo quantitativo pode gerar questões para serem aprofundadas qualitativamente, e vice-versa.

Os autores Galvão e Ricarte (2020, p. 60), apontam a necessidade cada vez maior de instrumentos que processem dados quantitativos e qualitativos concomitante, assim:

[...] muitos pesquisadores têm buscado mais intensamente a construção de revisão de literatura sistemática de caráter misto, ou seja, aquela que identifica, seleciona, avalia e sintetiza simultaneamente estudos qualitativos, estudos quantitativos e estudos mistos. Esta abordagem deriva do fato de que muitas vezes os dados quantitativos carecem de complementos para sua compreensão que podem ser encontrados em relatos presentes em estudos qualitativos, por exemplo.

Dada a sua proposta, a pesquisa utiliza-se de Revisões Sistemáticas de Literatura (RSL), visto que reúne diversos estudos que tratam da mesma temática, exigindo, assim, mecanismos que possibilitem a obtenção e análise em vários aspectos. Ainda na linha de pensamento dos autores Galvão e Ricarte (2020, p. 58), a revisão sistemática de literatura:

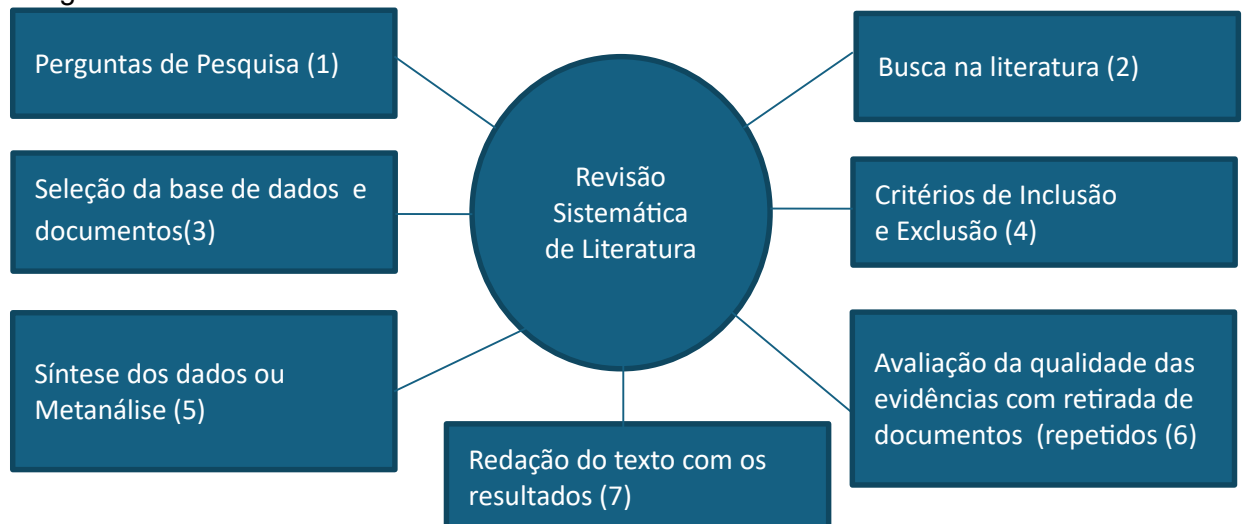
É uma modalidade de pesquisa, que segue protocolos específicos, e que busca entender e dar alguma logicidade a um grande corpus documental, especialmente, verificando o que funciona e o que não funciona num dado contexto. Está focada no seu caráter de reprodutibilidade por outros pesquisadores, apresentando de forma explícita as bases de dados bibliográficos que foram consultadas, as estratégias de busca empregadas em cada base, o processo de seleção dos artigos científicos, os critérios de inclusão e exclusão dos artigos e o processo de análise de cada artigo.

Sendo satisfatória enquanto mecanismo de pesquisa, dado o interesse de entender mais profundamente o assunto, a revisão sistemática de literatura parte da pesquisa descritiva, quando é utilizada para descrever e estabelecer relação entre as produções sobre um determinado problema a partir de referências teóricas publicadas formalmente, com a finalidade de entender e analisar trabalhos já publicados.

Seguiu-se então as etapas da RSL citadas por Galvão e Pereira (2014, p. 183), sendo elas: objetivo da pesquisa, a partir das perguntas de pesquisa (1); busca na literatura (2); seleção da base de dados e documentos (3), critérios de inclusão e exclusão (4), síntese dos dados ou metanálise (5); avaliação da qualidade das evidências com retirada de documentos repetidos (6) e, por fim, a sétima e última etapa baseada na redação do texto com os resultados.

Dessa forma, o protocolo da revisão sistemática de literatura (RSL) desta pesquisa foi estruturado de acordo com o diagrama abaixo:

Diagrama 1: Protocolo de revisão sistemática



Fonte: Autoria própria (2023)

Objetivando mapear estudos que abordem o negro no contexto da Ciência da Informação, com a finalidade de analisar e categorizar as formas de representações identificadas, foram considerados os seguintes questionamentos, item 1 do infográfico

acima: Com que frequência os termos Ciência da Informação e Negro apareceram relacionados nas teses e dissertações selecionadas? De que forma o negro é representado nas teses da área da CI analisadas? Feito isto, partiu-se para a pesquisa bibliográfica, utilizando como campo de pesquisa o título, o resumo e as palavras-chave, item 2.

Considerando cumprir o intuito desta monografia, que visa analisar as produções e as representações acerca do negro na Ciência da Informação, a pesquisa foi realizada de forma virtual na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), utilizando como técnica a pesquisa de análise documental, cumprindo a proposta da etapa 3. Esta base foi selecionada por ter acesso aberto e integrar um grande número de Instituições de Ensino Superior (IES) do Brasil. Foram trabalhadas de forma macro, na metanálise de 238 (duzentos e trinta e oito) teses e dissertações e, posteriormente, nas análises das categorias somente as teses, totalizando 52 (cinquenta e duas) produções.

A Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) integra e divulga em um único portal de busca, teses e dissertações defendidas por instituições de ensino superior brasileiras. É desenvolvida e mantida pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), possui acesso gratuito e online, com suporte da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), oficialmente lançada em 2002.

A BDTD é um programa que visa integrar os sistemas de informação de teses e dissertações de IES brasileiras que realizam pesquisas, estimulando o registro formal e a disseminação automatizada dessas publicações em meio eletrônico.

Na sua criação, a BDTD teve as seguintes linhas principais de atuação, dispostas no Quadro 1.

Quadro 1: Principais linhas de atuação da BDTD:

Estudar experiências existentes no Brasil e no exterior de desenvolvimento de bibliotecas digitais de teses e dissertações;
Desenvolver, em cooperação com membros da comunidade, um modelo para o sistema;
Absorver e adaptar as tecnologias a serem utilizadas na implementação do modelo;
Desenvolver um sistema de publicação eletrônica de teses e dissertações para atender àquelas instituições de ensino e pesquisa que não possuíam sistemas automatizados para implantar suas bibliotecas digitais;

Difundir os padrões e tecnologias adotadas e dar assistência técnica aos potenciais parceiros na implantação das mesmas.

Fonte: BDTD (2023)

A BDTD tem livre acesso, e facilita a pesquisa, por meio de palavras-chave que remete ao total de documentos referente ao termo digitado, conforme figura 1 abaixo.

Figura 1: Interface de busca da BDTD

The screenshot displays the BDTD search interface. At the top, there is a navigation bar with links like 'COMUNICAÇÃO', 'ACESSO À INFORMAÇÃO', 'PARTICIPE', 'LEGISLAÇÃO', and 'ÓRGÃOS DO GOVERNO'. Below this, the main search area features a search bar with the term 'Biblioteconomia' entered. To the right of the search bar are buttons for 'Todos os campos', 'Buscar', and 'Busca avançada'. Below the search bar, the results section shows 'Resultados da busca: Biblioteconomia' and 'Mostrando 1 - 20 resultados de 1.626 para a busca 'Biblioteconomia', tempo de busca: 0,06s'. On the left, there is a 'Refinar a Busca' section with filters for 'Instituição de defesa', 'Bases coletadas', 'Programa de Pós-Graduação', 'Autor', and 'Orientador(a)'. The main results area shows two entries. The first entry is titled 'Assuntos: "...Biblioteconomia..." Epistemologia da Biblioteconomia' by 'Por Mostafa, Solange Puntel' and is marked as a 'Tese'. The second entry is titled 'Assuntos: "...Nova Biblioteconomia..." Biblioteconomia contemporânea: desafios e realidades' by 'Por Emanuelle Georgia Amaral Ferreira' and is also marked as a 'Tese'.

Fonte: BDTD (2024)

O campo de pesquisa avançada dispõe de mecanismo de pesquisa mais específicos, como: mais de um termo de busca; grupo de busca; limitação de idioma; limitação para tese ou dissertação; opção de material ilustrado ou não ilustrado e ano de defesa do trabalho. (Figura 2).

Figura 2 - Interface de busca avançada da BDTD

The screenshot displays the BDTD advanced search interface. At the top, there is a search bar with the text 'Pesquise por teses e dissertações'. To the right of the search bar are buttons for 'Todos os campos', 'Buscar', and 'Fechar avançada'. Below the search bar, there is a section for 'Correspondência da busca:' with a dropdown menu set to 'TODOS os termos'. Below this, there is a 'Busca por:' section with two input fields: 'Biblioteconomia' and 'Gestão de bibliotecas'. To the right of these fields are dropdown menus for 'Todos os campos' and 'Todos os campos', each with a red 'X' icon. Below the search fields, there are links for 'Adicionar campo de busca' and 'Adicionar outros campos de busca'. On the left, there is a 'Limitar a:' section with a dropdown menu for 'Idioma:' set to 'Português'. Below this, there is a 'Tipo de documento:' section with a dropdown menu set to 'Tese'. On the right, there is a 'Ano da publicação:' section with a range selector from 'De: 2020' to 'Até: 2022'. At the bottom, there are buttons for 'Limpar' and 'Buscar'.

Fonte: BDTD (2023)

A seleção dos documentos, realizada nos meses de outubro e novembro de 2023, a partir dos descritores “Ciência da Informação” e “Negro”, indexadas na plataforma entre os anos de 2002 e 2022, resultou em um universo de 238 (duzentos e trinta e oito) trabalhos distribuídos em 186 (cento e oitenta e seis) dissertações e 52 (cinquenta e duas) teses.

Inicialmente, a coleta de dados se deu mediante a análise dos resultados apresentados pela plataforma, onde se destaca: instituição de ensino superior vinculada; repositório; programas de pós-graduação; idioma; principais assuntos; área de conhecimento e ano de defesa. A partir da coleta de dados pôde-se fazer apontamentos que serão apresentados e analisados no decorrer do trabalho.

Para cumprir com a diretriz da etapa 4, foram estabelecidos os seguintes critérios elegibilidade; apresentados no Quadro 2 – Critérios de inclusão e exclusão.

Quadro 2: Critérios de inclusão e exclusão.

INCLUSÃO	EXCLUSÃO
Somente teses e dissertações indexadas na BDTD.	Teses indexadas em outras bases de dados que não a BDTD qualquer outro documento indexado na BDTD que não sejam teses e dissertações.
Teses e dissertações que tratam do seguinte tema: O negro e a Ciência da Informação.	Teses e dissertações que tratam de temática diferente da estabelecida no corpus da pesquisa.
Unicamente teses e dissertações indexadas na BDTB, no período de 2002 a 2022.	Demais trabalhos publicados na BDTD, fora do período de 2002 a 2022.

Fonte: Autoria própria (2023)

Após os critérios de inclusão e exclusão segue-se com a síntese dos dados ou metanálise. A síntese dos dados, apresentadas na etapa 5, “[...] contempla a utilização de categorias preestabelecidas [Ciência da Informação e Negro] para uma temática em estudo, visando identificar semelhanças e controvérsias em uma determinada quantidade de publicações.” (Galvão e Freire, 2015, p. 203).

Houve a avaliação da qualidade das evidências encontradas, onde foram removidas todas as teses e dissertações que se encontravam nos fatores de exclusão, etapa 6.

Posteriormente, após a análise, realizou-se a redação do texto com os resultados, o que corresponde à etapa número 7. Ressalta-se que as análises foram efetuadas em dois momentos distintos. No primeiro, quando se buscava mapear as teses e dissertações, na área da CI, indexadas na BDTD, que abordam o tema de

pesquisa, foram mapeados os dados referentes à instituição, assunto, área do conhecimento e ano de defesa.

A segunda análise, contemplou somente as 56 teses que possuíam os descritores “Ciência da Informação e “Negro” nos títulos e/ou resumos e/ou palavras-chave, a fim de relacionar as formas de representação do negro nas teses indexadas na BDTD.

3 APONTAMENTOS SOBRE A TRAJETÓRIA DO NEGRO, NO BRASIL, NA PERSPECTIVA DA LEGISLAÇÃO

A trajetória do negro no contexto da educação brasileira é marcada por desafios, desigualdades e lutas por inclusão e reconhecimento. Ao longo da história do Brasil, a população negra enfrentou diversas formas de discriminação e exclusão, refletindo-se também no acesso à educação, respaldada em conceitos raciais.

[...] raça é uma construção política e social. É a categoria discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão – ou seja – o racismo. Todavia, como prática discursiva, o racismo possui uma lógica própria. Tenta justificar as diferenças sociais e culturais que legitimam a exclusão racial em termos de distinções genéticas e biológicas, isto é, na natureza. (Hall, 2003, p. 69)

A raça, enquanto construção social, está diretamente ligada ao racismo, que é um sistema de poder socioeconômico que perpetua a exclusão com base em características percebidas como raciais. Entretanto, a compreensão de que o conceito de raça, quando aplicado à humanidade, está desacreditado no sentido biológico, visto que a biologia moderna demonstrou que não existem bases científicas para a ideia de raças humanas distintas, superiores ou inferiores.

[...] à idéia de que a humanidade se divide em raças superiores e inferiores, a qual já foi abolida pela biologia e pela genética. (Gomes, 2005, p. 50)

Segundo o mesmo autor o uso do termo "etnia" é mais alinhado com uma abordagem sociocultural, reconhecendo as diferenças culturais, históricas e sociais entre grupos de pessoas, sem fundamentar essas distinções em supostas características biológicas intrínsecas. A etnia destaca a diversidade cultural e as tradições compartilhadas, portanto, etnia para Cashmore (2000, p. 196) seria:

Um grupo possuidor de algum grau de coerência e solidariedade, composto por pessoas conscientes, pelo menos em forma latente, de terem origens e interesses comuns. Um grupo étnico não é mero agrupamento de pessoas ou de um setor da população, mas uma agregação consciente de pessoas unidas ou proximamente relacionadas por experiências compartilhadas.

Ao adotar a perspectiva da etnia, os indivíduos estão se afastando do conceito desacreditado de raça no sentido biológico, concentrando-se em elementos mais amplos e culturalmente construídos que definem a identidade de um grupo. Essa

abordagem é consistente, uma vez que apresenta uma compreensão mais contemporânea e socialmente construída da diversidade humana.

A partir disso, se pensa na ideia de que o racismo é multidimensional, assumindo uma variedade de formas, onde é percebido e abordado de maneiras diversas e por diferentes grupos sociais e culturais, não se limitando a um único aspecto, ou seja, manifestar-se como discriminação institucional, preconceitos individuais, estereótipos culturais, entre outros.

O racismo é, por um lado, um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes, do ódio, em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio de sinais, tais como: cor da pele, tipo de cabelo, etc. Ele é por outro lado um conjunto de idéias e imagens referente aos grupos humanos que acreditam na existência de raças superiores e inferiores. O racismo também resulta da vontade de se impor uma verdade ou uma crença particular como única e verdadeira. (Gomes, 2005, p. 52)

Neste cenário, o racismo, como descrito, envolve tanto comportamentos discriminatórios baseados em características raciais observáveis quanto crenças e ideias que sustentam a existência de hierarquias raciais. As ideias associadas ao racismo muitas vezes buscam justificar e perpetuar desigualdades sociais, econômicas e políticas entre grupos raciais. Essas crenças podem ser disseminadas por meio da cultura, da educação, da mídia e de outras instituições, contribuindo para a manutenção de estruturas de poder desiguais.

Ao longo do período colonial, várias leis foram promulgadas para regulamentar o sistema escravista. Algumas dessas leis estabeleciam direitos e, principalmente deveres para escravizados, a exemplo da Lei nº 1, de 14 de janeiro de 1837 que proibia a presença de pessoas negras escravizadas ou libertas em escolas públicas “Artigo 3º São proibidos de frequentar as Escolas Públicas: 1º Todas as pessoas que padecerem molestias contagiosas. 2º Os escravos, e os pretos Africanos, ainda que sejam livres ou libertos.” (Brasil, 1887).

Outras leis, relacionadas as pessoas escravizadas, eram mais focadas na administração do sistema, algumas delas, no intento de buscar lidar com as tensões sociais e políticas decorrentes dos movimentos de resistência da população negra no Brasil, a exemplo a Revolta dos Malês, ocorrida em 1835 na Bahia, como também de resistências internacionais, como A Revolução Haitiana que iniciou em 1791, e

terminou em 1804 com a independência da ex-colônia. Tal revolução trouxe reflexos para o Brasil como salienta Castellucci Junior (2011, p. 105):

As elites brasileiras e, particularmente a baiana, já estavam amedrontadas desde a chegada de notícias do levante escravo no Haiti, liderado pelo liberto letrado Toussaint L'Ouverture e, depois, pelo escravo analfabeto Jean Jaques Dessalines. Os senhores escravocratas sabiam que, onde havia concentração de africanos, ou mesmo crioulos subjugados, o risco de sublevação era iminente. Na Bahia, as últimas décadas de tráfico de cativos também contribuíram, decisivamente, para criar essa explosiva situação, uma vez que, prevendo o inevitável fim do comércio transatlântico, negociantes e senhores trataram de adquirir, ao máximo, novos cativos, elevando os estoques de braços disponíveis para os diversos serviços, fossem no campo ou nas cidades.

A Lei de 7 de novembro de 1831, também conhecida como Lei Feijó, foi promulgada em resposta a movimentos como estes. Nela declaravam-se livres todos os escravizados vindos de fora do Império, impondo penas a seus importadores.

Art. 1º Todos os escravos, que entrarem no territorio ou portos do Brazil, vindos de fóra, ficam livres. Exceptuam-se:

1º Os escravos matriculados no serviço de embarcações pertencentes a paiz, onde a escravidão é permittida, emquanto empregados no serviço das mesmas embarcações.

2º Os que fugirem do territorio, ou embarcação estrangeira, os quaes serão entregues aos senhores que os reclamarem, e reexportados para fóra do Brazil.

Para os casos da excepção nº 1º, na visita da entrada se lavrará termo do numero dos escravos, com as declarações necessarias para verificar a identidade dos mesmos, e fiscalisar-se na visita da sahida se a embarcação leva aquelles, com que entrou. Os escravos, que forem achados depois da sahida da embarcação, serão apprehendidos, e retidos até serem reexportados.

Art. 2º Os importadores de escravos no Brazil incorrerão na pena corporal do artigo cento e setenta e nove do Codigo Criminal, imposta aos que reduzem á escravidão pessoas livres, e na multa de duzentos mil réis por cabeça de cada um dos escravos importados, além de pagarem as despesas da reexportação para qualquer parte da Africa; reexportação, que o Governo fará effectiva com a maior possivel brevidade, contrastando com as autoridades africanas para lhes darem um asylo. Os infractores responderão cada um por si, e por todos. (Brasil, 1831)

A História revela que a referida lei não foi cumprida, ocorrendo comercialização de pessoas escravizadas, abertamente, em todo o país. No que se refere à educação, durante a colonização, o acesso à escola era restrito aos filhos das elites brancas. Os negros trazidos como escravizados eram proibidos de frequentá-las e, ainda tinham sua cultura e línguas africanas reprimidas.

Nesse contexto, as crianças negras sofriam dois tipos de violência: nasciam marcadas pela maldição social da escravidão e estavam submetidas a um processo brutal de aculturação gerada pela visão cristã de mundo. (Júnior e Bittar, 1999, p. 473)

Essa aculturação buscava modificar aspectos fundamentais da identidade cultural das crianças negras, impondo-lhes valores e crenças cristãs, o que contribuía para a perda de suas raízes. Assim, o contexto descrito destaca as violências, social e cultural, enfrentadas por essas crianças no ambiente educacional da época.

A restrição da educação formal para os escravizados, enfatizou que a instrução que lhes era permitida estava limitada principalmente aos ensinamentos da Igreja. Observa-se, então, o contexto do reflexo da dinâmica social e educacional fortemente controlada e moldada pelos interesses da sociedade e das instituições religiosas dominantes.

Os Escravos Negros não eram livres para buscarem a instrução média e superior, e claro está que os senhores não os compravam para os mandar aos estudos e fazer deles bacharéis ou Sacerdotes. A instrução ou educação, que lhes permitiam, essa, e mais do que essa, lhes ensinava a Igreja. E a Igreja foi a única educadora do Brasil até ao final do século XVIII, representada por todas as organizações religiosas do Clero Secular e do Clero Regular, que possuíam casas no Brasil. (Leite, 1949, p. 44)

A limitação da instrução para os escravos e a predominância do papel da Igreja na educação destacam que as instituições religiosas desempenhavam um papel significativo na formação da sociedade e na transmissão de conhecimento.

Mesmo com a abolição da escravatura em 1888, muitos negros libertos não tiveram acesso à educação formal, permanecendo em condições socioeconômicas precárias, onde a falta de políticas de inclusão perpetuou as desigualdades vividas por essa população.

A abolição da escravidão, que ocorreu através da Lei nº 3.353, de 13 de maio (Brasil, 1988), que “Declara extinta a escravidão no Brasil”, aconteceu como resultado

de pressões internacionais, principalmente da Inglaterra, que buscava o fim do comércio de escravos, como salienta Paulino e Oliveira (2020).

Em meio a tais pressões, podemos observar um movimento legislativo do império brasileiro para se adequar, principalmente às exigências britânicas, visto a importância econômica da Inglaterra para o Brasil nos séculos XVIII e XIX.

Após a publicação da lei não foram implementadas políticas reparatórias ou indenizatórias para os ex-escravizados, e a falta de uma transição adequada para os libertos contribuiu para a persistência de desigualdades sociais, econômicas e educacionais.

A partir deste momento, década de 1880, houve a adoção de uma nova dinâmica econômica no Brasil, centrada na presença de imigrantes europeus, contribuindo ainda mais para a marginalização da população negra. Uma parcela significativa desta população, não encontrava espaço no mercado de trabalho formal e era obrigada a se deslocar para os centros urbanos, lá também enfrentaram falta de oportunidades, resultando em uma situação de desemprego ou subemprego. Esse contingente, incapaz de garantir uma fonte de renda estável, acabou por vagar pelas cidades ou envolver-se no mercado informal, muitas vezes aceitando empregos precários e mal remunerados.

Constituindo-se como uma mão de obra desvalorizada para o trabalho urbano e sem terras que pudessem cultivar, aos recém-libertos, que não se mantiveram sob o jugo de seus antigos senhores, restava tentar a própria sorte e inserir-se como trabalhadores assalariados no campo ou nas cidades. Ocorre que parcela considerável dessa população se deslocou para os meios urbanos, e um grande contingente não foi absorvido pelo mercado de trabalho, permanecendo sem qualquer ocupação, vagando pelas cidades ou fomentando o mercado informal, submetendo-se aos subempregos e à baixa remuneração. (Paulino; Oliveira, 2020, p. 95).

Esse estado de marginalização contou inclusive com a ajuda de dispositivos legais como os artigos 399º e 402º, pertencentes ao decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890, que determinavam:

Art. 399. Deixar de exercitar profissão, officio, ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuindo meios de subsistência e domicilio certo em que habite

Art. 402. Fazer nas ruas e praças públicas exercícios de agilidade e destreza corporal conhecidos pela denominação capoeiragem (...) (Brasil, 1890)

Esses dispositivos legais refletem uma realidade pós-abolição da escravidão no Brasil, na qual a população negra, liberta, enfrentava dificuldades econômicas e sociais significativas. As leis mencionadas podem ser interpretadas como mecanismos que contribuíram para a criminalização e marginalização de pessoas negras que não se encaixavam nos padrões estabelecidos pela sociedade da época.

Somente com a constituição de, 1988, quase 100 anos depois, que se nota leis voltadas a educação da população negra, como a Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", estabelecendo a inclusão do ensino da cultura afro-brasileira em todo o currículo escolar, não se restringindo apenas às disciplinas de História e Literatura, como mostra os § 1º e § 2º do "Art. 26-A:

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. (Brasil, 2003).

O objetivo principal da Lei nº 10.639 é promover o reconhecimento e valorização da cultura afro-brasileira, além de combater o racismo e promover a igualdade racial. A inclusão dessa temática no currículo busca proporcionar aos estudantes uma compreensão mais abrangente da diversidade étnica e cultural presente na sociedade brasileira.

Esta lei é parte de um esforço mais amplo para superar as desigualdades raciais e promover a valorização da contribuição histórica, social e cultural dos afro-brasileiros para a formação do país.

Após cinco anos, houve outra alteração na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), com a Lei 11.645/2008 que "Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no

currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

Tanto a Lei 10.639/2003 quanto a Lei 11.645/2008 determinam a inclusão de conteúdos específicos nos currículos escolares. A primeira trata da História e Cultura Afro-Brasileira, enquanto a segunda aborda a História e Cultura Indígena.

Ambas as leis têm como objetivo combater o racismo, promovendo o reconhecimento e valorização das contribuições dos afro-brasileiros e indígenas para a formação da identidade nacional.

Nesse sentido, tais instrumentos legais buscam promover uma educação mais inclusiva e que de fato reflita a rica diversidade cultural presente no Brasil, uma vez que reconhece e valoriza as contribuições de afro-brasileiros e indígenas.

Posteriormente o Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288/2010), que foi promulgado em 20 de julho de 2010, tem como principal objetivo promover políticas de igualdade racial e combater a discriminação e o racismo no Brasil, como expressado no Art. 4:

Art. 4 A participação da população negra, em condição de igualdade de oportunidade, na vida econômica, social, política e cultural do País será promovida, prioritariamente, por meio de:

I - inclusão nas políticas públicas de desenvolvimento econômico e social;

II - adoção de medidas, programas e políticas de ação afirmativa;

III - modificação das estruturas institucionais do Estado para o adequado enfrentamento e a superação das desigualdades étnicas decorrentes do preconceito e da discriminação étnica;

IV - promoção de ajustes normativos para aperfeiçoar o combate à discriminação étnica e às desigualdades étnicas em todas as suas manifestações individuais, institucionais e estruturais;

V - eliminação dos obstáculos históricos, socioculturais e institucionais que impedem a representação da diversidade étnica nas esferas pública e privada;

VI - estímulo, apoio e fortalecimento de iniciativas oriundas da sociedade civil direcionadas à promoção da igualdade de oportunidades e ao combate às desigualdades étnicas, inclusive mediante a implementação de incentivos e critérios de condicionamento e prioridade no acesso aos recursos públicos;

VII - implementação de programas de ação afirmativa destinados ao enfrentamento das desigualdades étnicas no tocante à educação, cultura, esporte e lazer, saúde, segurança, trabalho, moradia, meios

de comunicação de massa, financiamentos públicos, acesso à terra, à Justiça, e outros. (Brasil, 2010)

O estatuto define a discriminação racial e estabelece como crime práticas discriminatórias por motivo de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, determinando também a implementação de políticas públicas para promover a igualdade racial em áreas como educação, cultura, saúde, trabalho, esporte, lazer, entre outras.

Assim como estabelece a reserva de vagas em concursos públicos para negros e pardos, com o objetivo de promover a igualdade de oportunidades e a criação de um Fundo de Promoção da Igualdade Racial, visando financiar políticas e programas específicos para a promoção da igualdade racial.

Em 2012 com a Lei 12.711/2012, conhecida como Lei de Cotas nas Universidades, é estabelecida a reserva de vagas em instituições federais de ensino superior para estudantes que cursaram integralmente o ensino médio em escolas públicas. Além disso, a lei determina que parte dessas vagas reservadas deve ser destinada a estudantes de baixa renda e autodeclarados pretos, pardos e indígenas.

Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (Brasil, 2016)

A principal finalidade da Lei de Cotas é promover a inclusão social e reduzir as desigualdades no acesso ao ensino superior. Antes de sua implementação, o ingresso nas universidades públicas era predominantemente composto por estudantes provenientes de escolas particulares, o que gerava uma representação desigual da diversidade socioeconômica e racial no ambiente acadêmico.

[...] afirmar que a educação se torna uma ferramenta para os sujeitos e grupos sociais hegemônicos tocas na percepção de que a produção do conhecimento passa a ser moldada e formatada para atender às demandas e aos interesses sociais de um diminuto e muito bem selecionado segmento social, deixando à margem outras formas de conhecimento e de conhecer. Por fim, a educação como dispositivo pelos sujeitos e grupos hegemônicos encerra e reinicia o ciclo retroalimentativo dessa construção desigual. Isso porque, na medida em que apenas os mesmos sujeitos ocupam um espaço e que o conhecimento nele produzido é pautado em seus interesses, a educação se firma como um direito pelo segmento social que o acessa e exerce. (Brasil, 2012)

Ao restringir o acesso à educação a certos segmentos sociais, a educação se torna um privilégio desse grupo, perpetuando assim as disparidades sociais existentes. Assim, a Lei de Cotas busca interromper esse ciclo, proporcionando oportunidades mais igualitárias no ensino superior para essas populações, pautadas na diversidade por meio de ações afirmativas.

As ações afirmativas trazem em si uma nova pedagogia: a pedagogia da diversidade, a qual produz saberes. Estes deveriam ser matéria de reflexão teórica, uma vez que possibilitam a construção de um diálogo epistemológico. No caso específico da educação superior, essas políticas deveriam ser entendidas como canais profícuos de chegada à Universidade de saberes produzidos não só pelo movimento negro e pela comunidade negra em geral, mas, sobretudo, pela juventude negra. (Gomes, 2011, p. 138).

Apesar de as cotas para universidades serem consideradas corretas em termos de políticas públicas que visam garantir direitos fundamentais, há desafios significativos no debate em torno delas.

Esses obstáculos estão relacionados à discriminação étnico-racial e ao discurso meritocrático predominante na sociedade contemporânea, tornando o sistema educacional competitivo, logo, ao invés de ser equitativo para todos, favorece o produtivismo e práticas pedagógicas que podem ser consideradas antidialógicas, ou seja, que não promovem o diálogo e a inclusão.

Além de não ser suficiente apenas proporcionar o acesso inicial, é igualmente importante garantir condições equitativas para a permanência dos estudantes no ambiente acadêmico.

Esse desafio reside na constatação de que, muitas vezes, os indivíduos beneficiados por políticas de cotas não estão em igualdade de condições socioeconômicas, como salientam Haas e Linhares (2012, p. 853),

Não basta propiciar o acesso, pois é necessário conferir, após o ingresso, igualdade de condições de permanência do estudante no ensino superior público, já que dificilmente os indivíduos deste contingente estão em igualdade de condições no que tange à questão socioeconômica. Do contrário, teria a universidade que admitir o considerável risco de evasão desse grupo de beneficiados por falta de condições sociais, econômicas e intelectuais.

Ao não abordar as disparidades socioeconômicas pós-ingresso, a universidade corre o risco significativo de enfrentar altas taxas de evasão entre os estudantes provenientes dessas políticas de inclusão. A falta de condições sociais,

econômicas e as disparidades educacionais podem criar obstáculos significativos para que esses estudantes permaneçam e concluam seus estudos.

Assim, a igualdade de oportunidades não se limita ao acesso inicial, mas também envolve a criação de um ambiente educacional inclusivo que ofereça suporte contínuo aos estudantes, abordando as desigualdades que possam surgir durante o curso.

Embora a Lei 12.711/2012 não resolva todas as questões relacionadas ao racismo estrutural e à colonialidade presentes no sistema educacional brasileiro, é considerada proveitosa por buscar promover a igualdade e diversidade, abordando as disparidades educacionais, proporcionando oportunidades a grupos historicamente minorizados.

A lei contribui para o acolhimento e a possível composição de conflitos raciais, ao criar oportunidades para a representação mais equitativa de diferentes grupos étnicos nos ambientes acadêmicos, embora não seja uma solução completa, representa um passo significativo na promoção da igualdade educacional e na abertura de espaços para grupos historicamente marginalizados no sistema de ensino superior brasileiro.

4 RELACIONAMENTOS ENTRE A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, BIBLIOTECONOMIA, IDENTIDADE E MEMÓRIA

A Biblioteconomia e a Ciência da Informação são áreas de estudo que estão intimamente relacionadas, embora tenham focos e abordagens distintas. A Biblioteconomia tem o enfoque na organização, gestão e disseminação de recursos informacionais em bibliotecas, onde envolve a catalogação, classificação, conservação e empréstimo de livros e outros materiais informativos. Para os autores Santos e Rodrigues (2013):

A necessidade de organizar, conservar e documentos, desde o início da escrita até a época moderna, levou as bibliotecas a criarem uma série de procedimentos e métodos que, apesar de possuírem caráter eminentemente técnico, visando à resolução de problemas práticos, formaram um conjunto de técnicas e de questões envolvendo a rotina dessas técnicas que, ao longo do tempo, se constituíram na base da futura disciplina Biblioteconomia. Desse modo, podemos dizer que desde seu início os saberes biblioteconômicos estão voltados para a reflexão sobre a aplicação das práticas e normas à criação, organização e administração das bibliotecas.

Durante o Renascimento, houve um aumento significativo no interesse pela criação e produção humana, levando a um esforço maior para preservar esses registros, culminando ao desenvolvimento de métodos e procedimentos para organizar e conservar documentos, que são fundamentais para a Biblioteconomia.

No período do Renascimento, a ênfase dada à criação e à produção humanas faz crescer o interesse pela salvaguarda desses registros humanos, e não é por acaso que surgem nesta época os primeiros tratados e manuais sobre os acervos de arquivos, bibliotecas e museus. Com a transição da Idade Média em direção à Modernidade, essas instituições são reconstruídas, e surgem novos tratados e manuais voltados para as regras de condução das instituições destinadas a guardar esses acervos. Esse processo avança e no século XIX há uma grande ênfase na sistematização das regras de tratamento técnico destes acervos – e é aí que se observa o surgimento formal das disciplinas Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, como ciências relacionadas com os acervos, as instituições e os procedimentos técnicos de tratamento destes acervos nestas instituições. (Araújo, 2014, p. 78)

Com a transição da Idade Média para a Modernidade, houve uma reconstrução das instituições de preservação e um maior desenvolvimento de regras e normas para conduzi-las. Esse processo de formalização e sistematização é um passo crucial para a consolidação da Biblioteconomia como disciplina, alinhando-se

com a ideia de que a prática acumulada nas bibliotecas evoluiu para formar um campo de estudo específico.

A construção da Ciência da Informação ocorreu em diálogo com a Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. A CI buscava enfatizar a importância da gestão da informação como um recurso que precisa ser acessível e utilizável, não apenas preservado. Araújo (2024) também comenta:

Nos primeiros relatos sobre o que deveria ser a Ciência da Informação havia a crítica ao bibliófilo, ao bibliotecário erudito, ao historiador atuante nos arquivos – a crítica de que tais profissionais focavam-se no “conteúdo” das obras, na instituição custodiadora, em vez de se preocuparem em promover a disseminação, a circulação e o efetivo uso das obras custodiadas. Foi nessa direção, querendo se tornar uma outra coisa que não a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia desse período, que se construiu o empreendimento da CI.

A Ciência da Informação, sendo um campo interdisciplinar, responde aos problemas informacionais da sociedade ao considerar a informação como um recurso central em diversos contextos humanos. De acordo com Saracevic (1996), “A Ciência da Informação, campo interdisciplinar de conhecimento, responde aos problemas informacionais da sociedade, de sua origem voltada ao uso da informação nos diferentes contextos humanos”.

A informação gerida e utilizada pela CI contribui para a construção e manutenção da memória coletiva. Ao analisar, coletar, classificar, manipular, armazenar, recuperar e disseminar a informação registrada, assegura-se que o conhecimento acumulado esteja acessível para ser lembrado e utilizado. Conforme aponta Monteiro, Carelli e Pickler (2008):

Desde sua concepção, os museus, as bibliotecas e os arquivos foram considerados como lugares da memória da humanidade, pelo qual, a perspectiva da memória é vista como preservação. Ao preservar documentos, os lugares da memória guardam materialmente a memória de um povo, de uma cidade, de um país [...].

Dentro do contexto da Ciência da Informação e suas interações com a Biblioteconomia, a concepção de memória pode ser entendida de várias maneiras, refletindo tanto a preservação quanto a acessibilidade e utilidade da informação.

Para Ferreira e Amaral (2004, p.139), “Falar de memória é falar de uma certa estrutura de arquivamento que nos permite experiências socialmente significativas do passado, do nosso presente e de nossa percepção do futuro.”

De forma direta, Mourão e Faria (2015, p. 780) definem a memória como “a capacidade que os seres vivos têm de adquirir, armazenar e evocar informações.”

Para Ferreira e Amaral (2004, p.139), “Falar de memória é falar de uma certa estrutura de arquivamento que nos permite experiências socialmente significativas do passado, do nosso presente e de nossa percepção do futuro.”

Os autores também salientam que:

A memória não pode existir sem o suporte técnico, como algo puramente cerebral; o passado não pode sobreviver sem os suportes técnicos que nos inscrevem numa determinada cultura, tradição. Posto que a memória não é possível sem artifícios como a linguagem, a escrita, falar de memória é falar de esquecimento.

A memória não existe isoladamente como um processo puramente cerebral. Ela depende de suportes técnicos, como a linguagem, a escrita e outros meios de registro, estando intrinsecamente ligada à cultura e à tradição.

Nesse contexto, ela pode ser vista como um processo ativo de arquivamento e organização, onde a gestão eficaz da informação é crucial, envolvendo não apenas a preservação, mas a curadoria e a facilitação do acesso à informação relevante.

Os suportes técnicos que preservam a memória também nos situam dentro de uma determinada cultura, mantendo vivas as tradições e o conhecimento acumulado.

No contexto das populações negras, a falta desses suportes técnicos e a marginalização histórica desta população resultam em uma memória coletiva apagada ou distorcida.

Neste país se cresce ouvindo histórias referentes ao sobrenome, estas não dizem respeito à identificação de pessoas negras, são histórias brancas. Toda pessoa branca orgulha-se em falar de sua ancestralidade, de sua origem italiana, polonesa, espanhola, portuguesa, alemã etc. Pelo sobrenome, muitos alcançam o direito à dupla cidadania, resguardam prestígios e acessam histórias anteriores ao próprio nascimento. Mas, as pessoas de pele negra não. Suas histórias, são fragmentos e suas ancestralidades estão encobertas pelo denso véu da colonialidade escravagista. Não se sabe de que lugar de África vieram, a qual reino pertenciam, quais foram as principais lutas de seus ancestrais, como seu povo se organizou e construiu sua política milenar. Não se sabe qual o prato típico de seu país de origem, as danças que se dançavam e as músicas entoadas para o ninar de seus filhos noites após noite, séculos a dentro. Não se sabe ainda qual homem ou qual mulher de sua linhagem foi a primeira ou a primeira a tocar seus pés nesse país. Desse modo, enquanto a pessoa branca sabe, nós, pretas e pretos do Brasil, não sabemos. (Missiato, 2021, p. 98)

A discussão sobre a memória das populações negras no Brasil revela uma disparidade profunda e significativa na preservação e valorização das histórias e identidades. As memórias e os ancestrais das pessoas negras frequentemente permanecem ocultas ou fragmentadas devido à história da escravidão e ao contínuo impacto da colonialidade.

Quando a memória é suprimida ou distorcida, como no caso das populações negras, ocorre a perda de identidade e entra em cena uma internalização de narrativas negativas impostas pelos colonizadores e escravizadores.

A história da população negra no Brasil é marcada pelo apagamento da memória, especialmente no contexto da colonização e da escravidão. Esses processos de apagamento cultural e histórico foram implementados através de diversas práticas violentas e repressivas, que visavam desvincular as populações subjugadas de suas identidades, culturas e memórias.

A história do Brasil traz tanto o extermínio da memória como o apagamento do outro, ambos os apagamentos inscritos nas suas páginas desde os primórdios da colonização. A catequese foi seu gesto inaugural, impondo a incorporação forçada à cultura católica dominante. E como não lembrar que a escravização de negros africanos começava, em teoria, por um ritual de esquecimento? Ainda que na prática não tenha se efetivado, como atestam as várias rebeliões pela liberdade, pretendia-se desvincular os escravizados de seu passado. Assim, conta-se que, antes de embarcar para o Brasil, sempre à noite, para que não pudessem memorizar o caminho, os escravizados eram obrigados a dar voltas em torno de uma árvore para que esquecessem de suas raízes: sua terra, sua identidade, as formas dos lugares (Beiguelman, 2019).

O ritual de esquecimento simboliza o esforço para apagar as identidades dos africanos escravizados, tentando reduzi-los a uma condição desumanizada e dissociada de suas origens.

Acerca disso, Gomes (2005, p. 88) acentua:

A identidade não é algo inato. Ela se refere a um modo de ser no mundo e com os outros. É um fator importante na criação das redes de relações e de referências culturais dos grupos sociais. Indica traços culturais que se expressam através de práticas linguísticas, festivas, rituais, comportamentos alimentares e tradições populares, referências civilizatórias que marcam a condição humana. Portanto, a identidade não se prende apenas ao nível da cultura. Ela envolve, também, os níveis sócio-político e histórico em cada sociedade.

A identidade negra não é apenas um dado fixo, mas sim uma construção social, histórica e cultural. Ela se forma através das interações sociais, das

experiências compartilhadas e das narrativas históricas que moldam a percepção e a autoimagem de indivíduos e grupos negros.

A identidade negra é entendida, aqui, como uma construção social, histórica, cultural e plural. Implica a construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial, sobre si mesmos, a partir da relação com o outro. Construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina aos negros, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo é um desafio enfrentado pelos negros e pelas negras brasileiros (as). (Gomes, 2005, p. 43)

Em uma sociedade que historicamente marginaliza e estigmatiza pessoas negras, construir uma identidade negra positiva é um desafio significativo. Desde cedo, muitos negros são ensinados a negar aspectos de sua própria identidade para se conformarem aos padrões dominantes de aceitação social.

Portanto, a Biblioteconomia e a Ciência da Informação não apenas preservam e facilitam o acesso à informação, mas também são aliadas na luta pela justiça social e pela inclusão ao promoverem uma narrativa mais completa e precisa da história e das identidades das comunidades marginalizadas. Em um mundo cada vez mais globalizado e interconectado, o reconhecimento e a valorização das diversas expressões culturais e identitárias são fundamentais para construir sociedades verdadeiramente plurais e equitativas.

5 A REPRESENTAÇÃO DO NEGRO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

A representação do negro na Ciência da Informação é um tema relevante, especialmente considerando a necessidade de promover a diversidade e a inclusão em todas as áreas do conhecimento. Nesta pesquisa, entende-se que as teses e dissertações indexadas na Biblioteca Brasileira Digital de Teses e Dissertações podem oferecer percepções valiosas sobre como a questão da representatividade é abordada nesse campo específico.

A análise dos trabalhos identificados será apresentada de acordo com as categorias encontradas na plataforma, como: Instituição de defesa; Bases coletadas; Idioma e Área do conhecimento.

Ao adotar essa abordagem mais detalhada, será possível identificar nuances e padrões específicos que contribuirão para uma compreensão mais rica e contextualizada da representação do negro na Ciência da Informação, fortalecendo, assim, os esforços para promover a diversidade e a inclusão nesse campo do conhecimento.

Em pesquisa realizada em 04/11/2023, a BDTD dispunha de 842.955 documentos indexados em seu banco de dados, distribuídos em 225.974 teses e 616.981 dissertações. Em relação a origem institucional, a Universidade de São Paulo (USP) possui maior número de documentos indexados, 108.125, seguida pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) com 50.756, e a instituição com menor coeficiente é a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) com 21.244.

A Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) lideram em termos de quantidade de trabalhos indexados. Essas instituições, sendo renomadas em nível nacional e internacional, geralmente têm recursos consideráveis e uma cultura de pesquisa robusta.

A discrepância nos números entre a USP, a UNICAMP e a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) podem refletir diferenças em áreas de enfoque, tradições acadêmicas, financiamento e outros fatores institucionais que influenciam a produção de pesquisa.

No contexto temporal, categoria ano, o ano com maior indexação de teses e dissertações foi o ano de 2018, com 59.463 materiais, e com o menor rendimento foi o ano de 2021, com 39.844.

O destaque do ano de 2018 com o maior número de indexações (59.463) e a queda em 2021 (39.844) sugerem variações temporais na produção de teses e dissertações. Essas flutuações podem ser influenciadas por diversos fatores, como mudanças nas políticas de financiamento, eventos históricos, políticas governamentais e até mesmo a pandemia da COVID 19, que afastou professores e alunos da academia. Sabe-se que as publicações deste período foram numerosas, focada na produção da vacina e demais complicações da COVID 19, contudo estas publicações não se encontram indexadas na base pesquisada.

A última categoria, idioma, demonstra uma supremacia na língua portuguesa em detrimento das demais; o inglês, embora tenha sido detectado, não tem nenhuma representatividade. Isso pode demonstrar que os pesquisadores podem ter acesso mais fácil a fontes de informação em português, incluindo documentos, dados e literatura relevante, favorecendo a produção de pesquisas na língua local.

Outro fator a ser observado é que, se os pesquisadores pretendem atingir uma audiência predominantemente nacional ou de língua portuguesa, escrever em português pode ser uma escolha estratégica para garantir uma comunicação eficaz com esse público.

Além de a tradução de teses e dissertações para o inglês ser uma tarefa custosa e demandar recursos adicionais, assim, se torna mais prático optar por priorizar a produção em seu idioma nativo, especialmente se os benefícios potenciais de uma audiência internacional não forem considerados prioritários.

5.1 O negro nas teses e dissertações na área da Ciência da Informação indexados na BDTD

Obedecendo aos objetivos propostos na pesquisa, serão apresentados a seguir o retrato das teses e dissertações, na área da CI, indexadas na BDTD, assim como as formas de representação do negro nas teses e dissertações indexadas na referida base.

5.1.1 Trabalhos publicados por instituição

De acordo com os resultados encontrados na BDTD, dentre as instituições avaliadas, a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) tem o maior coeficiente de

produções indexadas com os descritores “Ciência da informação” e “Negro”, com 36 (trinta e seis) trabalhos indicando um foco notável nessa instituição em relação à representação do negro nesse campo específico. Em seguida, tem-se a Universidade Federal de Goiás (UFG), com 18 (dezoito) trabalhos, já o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), Universidade Federal da Bahia (UFBA) e a Universidade Federal de Brasília (UNB), possuem 14 (quatorze) trabalhos indexados, ainda com mais de 10 documentos, encontram-se a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC SP).

Grande parte das produções sobre o negro na Ciência da Informação provém de programas de pós-graduação com uma vertente mais social, como o Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (Pós-cultura), Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA), Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas (POSCOM), Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM), indicando uma abordagem interdisciplinar e contextualizada dessas pesquisas.

A presença de várias disciplinas, como Antropologia, Estudos de Gênero, Comunicação e Cultura, sugere uma abordagem interdisciplinar na análise da representação do negro na Ciência da Informação, enriquecendo as pesquisas ao integrar diferentes perspectivas e metodologias.

A associação com programas voltados para Cultura, Sociedade, Gênero e Feminismo sugere que as pesquisas estão contextualizando a temática dentro de questões sociais, culturais e de identidade.

A diversidade de programas indica a variedade de perspectivas sob as quais a temática do negro na Ciência da Informação está sendo explorada, permitindo uma análise abrangente e multifacetada, indicando também que a temática está sendo abordada de maneira mais ampla, não restrita apenas à Ciência da Informação, mas também considerando aspectos sociais, culturais e de comunicação.

Em segundo lugar, a UFG apresenta uma contribuição substancial, com 18 (dezoito) trabalhos indexados, sendo 15 (quinze) dissertações e 3 (três) teses, em sua maioria, produto do Programa de Pós-graduação em Comunicação (FIC).

A concentração significativa de trabalhos no Programa de Pós-graduação em Comunicação (FIC) sugere que a UFG está abordando a representação do negro na Ciência da Informação principalmente sob a perspectiva da Comunicação, o que

aponta que a UFG está explorando a representação do negro em mídias e contextos comunicacionais, considerando a influência da mídia na construção de narrativas.

O IBICT também mostra uma presença notável, com 14 (quatorze) trabalhos indexados, sendo 9 (nove) dissertações e 5 (cinco) teses. Embora seja um órgão diferente das universidades, sua contribuição é relevante.

A colaboração entre o IBICT e outras instituições de ensino superior pode ser uma explicação para a presença significativa de teses e dissertações indexadas. Essa cooperação interinstitucional pode ampliar a diversidade de perspectivas e recursos disponíveis.

A colaboração do IBICT com universidades e outras instituições de pesquisa amplia o alcance e o impacto das pesquisas sobre a representação do negro na Ciência da Informação.

Isso reforça a ideia de que diferentes tipos de instituições, não apenas universidades, desempenham um papel crucial na produção de conhecimento e no desenvolvimento de pesquisas, especialmente em temas relevantes como a representação do negro na Ciência da Informação.

Diversas outras instituições também apresentam uma produção considerável, como UFBA, UNB, UERJ, PUC SP, com mais de 10 (dez) documentos indexados sobre a temática ‘Ciência da Informação’ e “Negro”, corpus de análise dessa pesquisa.

Com menos de 10 (dez) trabalhos, encontram-se a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade Estadual Paulista (UNESP), Universidade Metodista de São Paulo (Metodista) e a Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM).

A presença de várias instituições distribuídas por diferentes regiões do Brasil sugere que a temática do negro na Ciência da Informação é abordada em contextos geográficos diversos, contribuindo para uma perspectiva nacional e regionalmente abrangente.

A diversidade de instituições, incluindo universidades, centros de pesquisa e instituições privadas, sugere que a representação do negro na Ciência da Informação é uma preocupação em diversas áreas acadêmicas, indo além das disciplinas tradicionais.

A participação de instituições privadas, como a PUC SP e a Metodista, destacam o papel das instituições não públicas na produção de conhecimento e na promoção de questões sociais relevantes.

A presença de universidades renomadas, como USP e UNICAMP, evidenciam o engajamento de grandes centros acadêmicos na produção de conhecimento sobre a representação do negro na Ciência da Informação.

5.1.2 Áreas do conhecimento

A interface da BDTD apresenta seis áreas do conhecimento registradas acerca dos resultados de produções recuperadas, utilizando os descritores estabelecidos para esta pesquisa, sendo elas:

- a) Ciências Sociais Aplicadas: Ciência da Informação
- b) CNPQ: Ciências Sociais Aplicadas: Comunicação
- c) CNPQ: Ciências Sociais Aplicadas: Direito
- d) CNPQ: Ciências Sociais Aplicadas: Educação
- e) CNPQ: Ciências Sociais Aplicadas: Ciência da Informação
- f) CNPQ: Ciências Humanas'.¹

Nas Ciências Sociais Aplicadas: Ciência da Informação (a), foram indexadas 12 (doze) dissertações que apresentam o maior número de documentos, indicando um foco considerável de pesquisas na interseção entre Ciência da Informação e a temática relacionada ao Negro. Um número igual de pesquisas foi encontrado na área CNPQ: Ciências Sociais Aplicadas: Comunicação (b) como 12 (doze) trabalhos, sendo 6 (seis) dissertações e 6 (seis) teses. Essa categoria também se destaca com um número significativo de trabalhos, mostrando uma diversidade de formatos de produção acadêmica, com igual representação de dissertações e teses.

Embora tenha um número menor de produções, em comparação com as duas categorias mencionadas anteriormente, a categoria CNPQ: Ciências Sociais Aplicadas: Direito (c) dispõe de 7 (sete) dissertações e 1 (uma) tese, o que ainda

¹ As categorias de assunto foram representadas de acordo com apresentação disposta no site da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações.

representa uma contribuição substancial para a área de Direito, indicando uma abordagem jurídica na pesquisa.

Já as categorias CNPQ: Ciências Sociais Aplicadas: Educação (d) e Ciências Sociais Aplicadas: Ciência da Informação (e) possuem 5 (cinco) produções cada uma, indicando que nessas categorias ainda há algum esforço em fazer estudos acerca da presença do negro na área.

Contudo, CNPQ: Ciências Humanas (f), consta apenas com 4 (quatro) documentos, entre eles, 3 (três) dissertações e 1 (uma) tese. Mesmo que esta categoria tenha um número menor de produções, em comparação com as outras, acredita-se que sua contribuição para a compreensão do tema dentro do contexto seja um dos mais amplos das Ciências Humanas.

Do total de teses encontradas, 24 (vinte e quatro) delas são dissertações e fazem parte do mesmo programa de pós-graduação, o Programa de Pós-graduação em Comunicação (FIC), está vinculado à Universidade Federal do Goiás, sendo dispostas em duas bases de dados institucionais: a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFG e o Repositório Institucional da UFG.

5.1.3 Assunto indexado *versus* Área do conhecimento

Dentre os assuntos indexados, a plataforma apresenta 6 (seis) categorias: a) Ciências Sociais Aplicadas: Ciência da Informação; b) Ciências Sociais Aplicadas: Comunicação; c) Racismo; d) Memória; e) Ciência da Informação e f) Informação. Tais categorias estão distribuídas nas 6 (seis) áreas dispostas na seção anterior. Observa-se que algumas das categorias de assunto encontradas receberam a mesma nomenclatura da área.

O assunto “Racismo” também apresenta 11 (onze) produções vinculadas, sendo 9 (nove) dissertações e 2 (duas) teses. Outra temática registrada, “Memória” dispõe de 10 (dez) trabalhos indexados, se tratando de 8 (oito) dissertações e 2 (duas) teses. No âmbito informacional, foram detectadas duas categorias de assunto, “Ciência da Informação” tendo 9 (nove) dissertações identificadas e “Informação” como 6 (seis) dissertações e 3 (três) teses, totalizando nove trabalhos.

Na área do conhecimento Ciências Sociais Aplicadas: Ciência da Informação foram registradas 11 (onze) dissertações. Esta categoria representa um foco

significativo de pesquisa, indicando uma forte presença de dissertações que exploram a relação entre Ciência da Informação e a temática relacionada ao Negro.

Assim como a categoria anterior, a área de Comunicação também contribui de maneira substancial, com 11 (onze) dissertações abordando a relação entre Comunicação, Ciência da Informação e a temática do Negro.

O tema "Racismo" é abordado em 11 (onze) produções, com uma maioria significativa de dissertações. Isso sugere um interesse acadêmico em explorar o racismo na interseção com a Ciência da Informação.

A categoria "Memória" está presente em 10 (dez) trabalhos, sendo a maioria dissertações. Isso indica um foco na preservação e documentação da memória relacionada à temática do Negro.

Dentro do âmbito informacional, a categoria específica de "Ciência da Informação" é abordada em 9 (nove) dissertações, destacando o interesse em investigar a relação entre Ciência da Informação e a temática do Negro.

A categoria mais ampla de "Informação" engloba tanto dissertações quanto teses, totalizando 9 (nove) trabalhos, o que sugere uma abordagem mais abrangente, indo além da Ciência da Informação, mas ainda relacionada à temática do Negro.

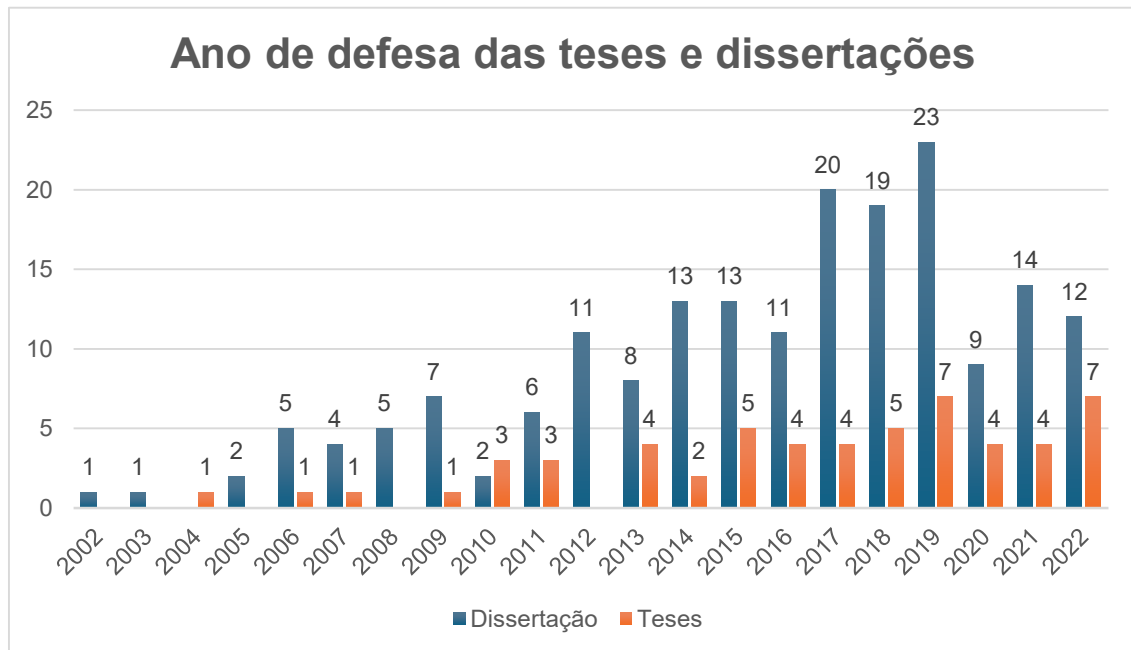
5.1.4 Ano de defesa

Sabe-se da importância da cronologia nas pesquisas, logo, o ano de defesa é uma outra categoria destacada na página inicial da BDTD uma vez que ajuda a compreender determinadas circunstâncias sociais, históricas, políticas em determinado momento/período.

O período temporal desta pesquisa se dá no intervalo dos anos de 2002 a 2022. Neste período, foi observado estatisticamente a frequência, por ano de publicações, que foram recuperadas na BDTD através do uso dos descritores utilizados neste trabalho (Ciência da Informação e Negro).

Desde o início da BDTD em 2002, houve pelo menos uma produção acerca do Negro relacionada a Ciência da Informação, tendo um crescimento notório dessas publicações a partir do ano de 2012, com seu ápice no ano de 2019, em que houve 30 (trinta) trabalhos indexados, sendo 23 (vinte e três) dissertações e 7 (sete) teses, como explicitado no gráfico 1.

Gráfico 1: Ano de defesa das teses e dissertações



Fonte: Autoria própria (2023)

Durante o período pesquisado, 2002 a 2022, houve pelo menos uma produção relacionada ao Negro na Ciência da Informação, indexada na BDTD, seja em dissertações ou teses, indicando um interesse contínuo, mesmo que sucintamente.

Observou-se um aumento significativo nas publicações a partir de 2012, o que pode, de fato, estar relacionado às mudanças nas políticas públicas, como as cotas e ações afirmativas, iniciadas no ano de 2009, que pode ter ocasionado pesquisas nessa área, a partir dessa data. Tal quantitativo traduz não só o estímulo à pesquisa, e mesmo a produção acadêmica sobre a temática do Negro no contexto da Ciência da Informação.

O ápice da produção se deu em 2019, em que 30 trabalhos foram indexados, o que pode indicar uma consolidação e intensificação dos esforços de pesquisa nesse domínio. Aumento de financiamento, maior conscientização e a consolidação de redes acadêmicas também podem ter contribuído para esse crescimento.

Nos anos seguintes, verifica-se uma queda nesse tipo de produção acadêmica (teses e dissertações), coincidindo com o período da COVID-19. Contudo, a pandemia teve impactos significativos nas atividades acadêmicas, que se concentraram na produção de artigos, blogs, *preprints*, entre outras fontes de divulgação científica. Conforme constata Marques (2022).

Em mais de dois anos de pandemia, cerca de 500 mil estudos sobre temas relacionados à Covid-19 foram publicados na forma de

artigos científicos ou de suas versões preliminares, os preprints, disseminados em repositórios públicos. Segundo um levantamento divulgado em abril por Philip Shapira, do Instituto de Pesquisa em Inovação da Universidade de Manchester, no Reino Unido, esse volume formidável de informação respondeu por quase 4% da produção científica do mundo entre 2020 e abril deste ano e a 2022.

Essa integração oferece uma compreensão mais completa dos impactos da pandemia na pesquisa acadêmica, e ajuda a contextualizar a redução na produção sobre o Negro na Ciência da Informação, dentro do panorama mais amplo da pesquisa global, durante a crise de COVID-19.

6 O NEGRO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: uma análise quantitativa das teses na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações

A análise das formas de representação do negro na Ciência da Informação nas produções dispostas, teses, na BDTD, obedeceu aos “Métodos para análise de documentos – determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação” disponíveis na ABNT 16676/92.

O significado da representação que a BDTD dá aos negros nos seus bancos dados, é vista, nessa pesquisa, sob a perspectiva social de Moscovici, citado por Wachelke e Camargo (2007, p. 386), quando se explicita que, “[...] as representações sociais atuam como mediadoras de atribuições individuais”. No estudo ora apresentado considerou-se, ainda, o conceito de assunto descrito na ABNT 12676/1992, como “Tema representado num documento por um conceito, ou combinação de conceitos.” Tais considerações nortearam as análises.

Para a escolha da amostra desta pesquisa, teve-se como universo 52 (cinquenta e duas) teses que traziam o “Negro” como palavra-chave. Assim, após a leitura dos resumos e palavras-chave foram descartadas 28 teses, que embora trouxessem “Negro” como palavra-chave, a mesma não estava relacionada à temática racial, a exemplo da produção “Espaços Fuzzy e aspectos quânticos dos buracos negros”. O corpus de análise concentra-se nas 20 (vinte) teses que abordam o corpus de pesquisa.

Obedecendo ao recorte temporal proposto, as análises estão organizadas, de forma cronológica, cabe esclarecer que embora a busca tenha sido efetuada de 2002 a 2022, só foram encontrados trabalhos, corpus de análise, a partir de 2010. Segundo os critérios de inclusão e exclusão, não foram contemplados nesta pesquisa os anos 2015, 2017 e 2018.

No ano de 2010 encontra-se uma tese dentro dos critérios da pesquisa, que apresenta uma análise aprofundada e comparativa dos movimentos sociais juvenis no Brasil e nos Estados Unidos, com foco na questão identitária negra destacando suas estratégias, desafios e a complexidade de suas lutas. Essa abordagem comparativa, assim como a utilização de diferentes métodos de pesquisa enriquecem a compreensão dos movimentos, suas ações e impactos, trazendo percepções sobre a natureza multifacetada das lutas sociais contemporâneas e o papel das tecnologias de comunicação na articulação dessas lutas.

Em 2011, a tese recuperada evidencia as experiências de mulheres negras no movimento hip-hop, explorando como as TIC's influenciam práticas culturais juvenis periféricas, que combatem desigualdades de gênero e racismo. O estudo aborda a interseccionalidade entre raça e gênero, ressaltando a importância de considerar múltiplas identidades e experiências ao analisar questões sociais, destacando a cultura hip-hop como um meio de construção de identidade e resistência da população negra, relevante à mulher negra.

Em 2013, a tese analisada investiga as imagens de mulheres negras em álbuns e histórias para jovens e crianças e sua função na educação, abordando a aplicação da Lei nº 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, além de ressaltar a importância das publicações de literatura infanto-juvenil na construção de identidades negras positivas.

Objetiva entender a importância dessas publicações no currículo educacional e sua contribuição para a educação étnico-cultural e racial, cuja pesquisa é baseada em análise de material editorial, focado em álbuns e publicações voltados para resgatar a história da África e da população negra.

Em 2014 duas teses foram recuperadas, sendo que uma delas aborda a utilização da internet pelos movimentos sociais negros, para promover a igualdade racial. Através do estudo de caso da Agência Afropress, o trabalho investiga como a internet e as tecnologias da informação e comunicação (TICs) são empregadas como ferramentas estratégicas na luta contra o racismo e na promoção da cidadania afrodescendente. A pesquisa evidencia como a internet se tornou uma plataforma vital para os movimentos sociais negros, por permitir uma comunicação mais eficiente e ampla de suas agendas.

A outra tese analisa a branquitude e a reflexão sobre o papel dos pesquisadores brancos na construção do conhecimento sobre as questões raciais, se concentrando em entender por que os pesquisadores brancos estudam o "Outro" (os negros), em vez de refletir sobre si mesmos.

Utilizou como método entrevistas, análises de discurso e de conteúdo, a pesquisa busca aspectos diretos e subjetivos sobre as percepções e motivações dos pesquisadores brancos, apresentando um contraponto que destaca as diferenças na percepção do "problema racial" entre os dois grupos, pesquisadores brancos e pesquisadores negros, revelando como o foco da pesquisa pode influenciar a interpretação das questões raciais.

Em 2016 duas teses foram recuperadas, a primeira delas discute o trabalho e a identidade de profissionais envolvidos no desenvolvimento de softwares no Brasil. O estudo investiga se as publicações em revistas e sites de Tecnologia da Informação (TI) disseminam valores associados a novas formas de gestão do trabalho e a uma identidade profissional ideal. A análise revela que há um discurso gentrificado que associa o profissional ideal de TI a imagens masculinas e brancas, tendo uma sub-representação de homens e mulheres negras na área estudada.

A segunda tese examina como a cor da pele e a classe social, logo, interagem para prever a discriminação, investigando especificamente como a informação sobre a classe social afeta o julgamento de pessoas negras e brancas que cometeram um delito. Aborda a importância de considerar a interação entre raça e classe social, mostrando que os efeitos combinados dessas categorias são mais significativos do que quando consideradas isoladamente, aumentando os índices de condenação do indivíduo negro em relação aos brancos.

Em 2019, três teses foram recuperadas, a primeira delas explora como a mediação da informação em blogs de funk contribui para a (re)construção da identidade negra, reconhecendo os blogs como espaços de resistência e produção de conhecimento que contrastam com as visões frequentemente negativas e estereotipadas, encontradas em portais de informação mais tradicionais.

A hipótese central sugere que as informações disseminadas nos blogs de funk podem tanto contribuir quanto inibir a (re)construção da identidade negra. A pesquisa fundamenta-se em conceitos de identidade negra e racismo dentro de uma perspectiva decolonial. Os resultados mostram que os blogs de funk têm o potencial de disseminar informações étnico-raciais que empoderam a população negra, substituindo imagens negativas por positivas. No entanto, o estudo também revela uma visão reducionista do funk nos portais de informação tradicionais, associando-o predominantemente à criminalidade.

A segunda tese oferece uma análise sobre a importância dos arquivos pessoais na preservação da história e memória de indivíduos envolvidos em militâncias sociais, com enfoque em causas da população negra. A pesquisa se concentra no arquivo pessoal de Heliton Santana, um militante social negro da Paraíba, em que foi realizado um estudo que destaca a importância de tais arquivos na imortalização da história de indivíduos negros, personificando suas relações e lutas sociais.

A terceira tese, ainda de 2019, estuda os processos identitários e territoriais vivenciados pelo Quilombo do Rosa, localizado em Macapá, Amapá, no início do século XXI. A pesquisa destaca o fortalecimento identitário e a mobilização política das comunidades quilombolas na região, focando especificamente na comunidade do Rosa. O objetivo principal visa analisar os processos recentes de reconhecimento identitário e territorialização da comunidade do Rosa, investigando a autoidentificação como remanescente quilombola e as estratégias de territorialização decorrentes dessa identificação. Ressalta ainda a produção intencional de informações falsas e o racismo como obstáculos significativos ao reconhecimento e titulação do território quilombola. A identificação étnica é apresentada como um elemento simbólico que potencializa o capital político e legitima o movimento sociopolítico do quilombo, especialmente num contexto global de valorização da cidadania étnica.

A primeira tese recuperada do ano de 2020, propõe uma análise das trajetórias de vida de pesquisadoras negras no campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação, tendo como objetivo geral, (re)contar as trajetórias de vida de pesquisadoras negras, destacando suas contribuições intelectuais, enfatiza que as contribuições dessas mulheres são frequentemente subestimadas ou ignoradas pela mídia e pelos currículos escolares, apesar de serem de grande importância científica e social.

A segunda tese de 2020, tem como objetivo explicar acerca da contribuição dos escritos inéditos de Ademar Vidal na construção da memória sobre os negros escravos na Paraíba. A pesquisa foca nas memórias do presente, e busca nos arquivos uma consciência histórica registrada, com abordagem da construção de uma memória social, a fim de identificar e legitimar as informações contidas nos inéditos, fortalecendo a compreensão sobre o período da escravidão na Paraíba. A produção de Ademar Vidal é destacada como mecanismo que trará à luz a contribuição dos negros escravos na história oficial, incitando uma reavaliação da história do povo paraibano.

A terceira tese, investiga como a escrita pessoal de mulheres negras atua como um meio de resistência ao racismo, constituindo subjetividades e sujeitos coletivos. A pesquisa se baseia nas reflexões de Sueli Carneiro sobre dispositivo de racialidade, biopoder, epistemicídio e resistência, utilizando teorias da memória, arquivos, organização política de mulheres negras e resistência. A escrita de mulheres negras é vista como um instrumento de produção e circulação de informação e

conhecimento, destaca-se como uma ferramenta para a emancipação individual e coletiva.

A última tese do ano de 2020, contextualiza a comunicação e a apropriação das TICs por quatro entidades de mulheres negras brasileiras: Instituto Odara e Flores de Dan na Bahia, Associação das Mulheres Rendeiras em Pernambuco e Criola no Rio de Janeiro. Todas elas analisam como essas iniciativas digitais têm ampliado a apropriação das redes sociais e contribuído para o fortalecimento dos discursos feministas negros, denominados "pensamento afrodiaspórico decolonial de mulheres negras."

Em 2021 duas teses foram recuperadas, a primeira, explora como o conceito de democracia racial no Brasil tem sido usado para perpetuar o racismo contemporâneo. Investiga a construção e naturalização deste mito, analisando sua presença e impacto em diferentes contextos discursivos ao longo do tempo. Apura como a ideia de democracia racial, sustentada por fins ideológicos e políticos, contribui para a naturalização do racismo atual, utilizando a Análise Crítica do Discurso (ACD) para desvelar os fundamentos ideológicos do discurso sobre a democracia racial. O trabalho busca expor como as naturalizações discursivas da democracia racial ajudam a perpetuar o racismo, visando revelar como o racismo discursivo é silenciado pela elite hegemônica e herdeiros do colonialismo. A produção reconhece a complexidade de analisar o racismo discursivo, que muitas vezes é sutil e velado, exigindo uma abordagem crítica e detalhada para revelar suas manifestações.

A segunda tese aborda a complexa teia de relações sociais e familiares entre escravizados, libertos e livres no território de Taquari, durante os séculos XVIII e XIX, com foco específico na paróquia de São José de Taquari. A pesquisa se concentra na história da escravidão em Taquari, um território fundado por portugueses, onde a mão de obra escravizada foi introduzida e intensificada até a abolição em 1888. Examina, ainda, as relações sociais e familiares nas propriedades escravistas de Taquari, destacando a importância dessas dinâmicas para a compreensão da história local. Analisa como modelos de desenvolvimento marginalizaram grupos humanos descendentes da escravidão, com o objetivo de promover um desenvolvimento humano sustentável e a realização plena dos direitos individuais e coletivos. A pesquisa destaca a capacidade de articulação e estratégia dos indivíduos escravizados na formação de laços familiares e sociais, demonstrando resiliência e adaptação às condições adversas, mostra a importância dos laços de compadrio e

parentesco fictício na criação de uma rede de apoio e solidariedade entre escravizados, libertos e livres.

Em 2022 três teses foram recuperadas, a primeira delas contextualiza o histórico de subalternização das mulheres negras trabalhadoras domésticas, situando o Muquifu, como um espaço de resistência e de produção de memória contra-hegemônica, mas que também promove a agência e as identidades das trabalhadoras domésticas, salientando a importância da interseccionalidade de gênero, raça e classe nas narrativas expostas no Muquifu.

A segunda tese destaca o aumento significativo de mortes violentas de mulheres no Brasil nas últimas três décadas, situando a discussão no contexto mais amplo dos estudos sobre violência de gênero, iniciados na década de 1970. A pesquisa reconhece a importância das políticas públicas desenvolvidas a partir desses estudos, mas também aponta para as lacunas ainda existentes, especialmente no que diz respeito às mulheres negras. Apresenta a utilização de processos judiciais como fonte primária de informação, acessados através da Lei de Acesso à Informação junto ao Arquivo do Poder Judiciário do Rio Grande do Sul, tendo analisado 138 processos judiciais transitados e julgados de homicídio doloso contra mulheres, de 1950 a 2010.

Por fim, a última tese contextualiza a pesquisa dentro do movimento hip-hop brasileiro, focando em três marcas emblemáticas: Laboratório Fantasma, Chronic e Kace, marcas estas que são apontadas como representativas da cultura hip-hop e servem como veículos para práticas de consumo decoloniais. A análise revela como as marcas não apenas promovem moda urbana, mas também engajam em práticas de produção e consumo que desafiam e subvertem as normas do sistema-mundo colonial. As marcas utilizam suas plataformas para criticar o racismo, promover valores antirracistas e decoloniais, e reivindicar uma sociedade baseada na solidariedade e respeito à ancestralidade. A pesquisa destaca as experiências estéticas e políticas que as marcas evocam entre seus fãs e consumidores. A estética das marcas, refletida em suas coleções e estampas, é intrinsecamente ligada a uma política de resistência e afirmação identitária.

6.1 Conceitos encontrados

Após o exame dos documentos, teses recuperadas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações no período de 2002 a 2022, com os descritores "Ciência da Informação" e "Negro", identificou-se os conceitos presentes a partir da análise das palavras-chave extraídas, que permitiu inferir sobre os principais elementos na descrição do tema: O Negro na Ciência da Informação.

Os conceitos extraídos favoreceram o estabelecimento de termos ou descritores que os representam de forma preferencial, ou seja, termo preferido (ABNT 12676), sendo eles: Identidade Negra e Questão Racial; Movimentos Sociais e Resistência; Memória e Arquivamento; Interseccionalidade Entre Raça e Gênero; Tecnologia e Comunicação; Educação e Decolonialidade e Cidadania e Políticas Sociais.

6.1.1 Identidade Negra e Questão Racial

Em uma concepção ampla, o termo Identidade Negra e Questão Racial pode ser entendido “[...] como uma construção social, histórica, cultural e plural. Implica a construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial, sobre si mesmos, a partir da relação com o outro.” (Gomes, 2003)

Nessa perspectiva, encontram-se 8 (oito) teses com os seguintes subtemas: Identidade negra; Identidade (3 vezes); Identidades; Questão Racial; Raça; Racismo; Cor da pele e Preconceito, somando um total de 8 ocorrências. A alta frequência desses termos evidencia que a construção da identidade racial e as discussões sobre discriminação racial são temas centrais nas pesquisas, refletindo uma preocupação contínua com as barreiras enfrentadas pela população negra no campo da Ciência da Informação.

6.1.2 Movimentos Sociais e Resistência

Outro grupo de palavras-chave com alta recorrência envolve, 11 (onze) teses, com o descritor Movimentos Sociais e Resistência, que na concepção de Sader (1988) se configura como “uma coletividade onde se elaboram identidades e se organizam

práticas através das quais defendem-se interesses, expressam-se vontades e constituem-se identidades, marcados por interações, processos de reconhecimento recíprocos, com uma composição mutável e intercambiável.”

Nessa categoria inserem-se termos como: Movimento Negro; Movimentos sociais negros; Movimento quilombola; Ativismo Feminino; Feminismos negros; Feminismo negro; Mulheres negras; (4 vezes) e "Novíssimos movimentos sociais" aparecem 11 vezes. Isso demonstra a importância dos movimentos sociais na luta por direitos e na transformação social, destacando o papel dos movimentos sociais negros na luta por direitos e reconhecimento, onde esses movimentos produzem e utilizam a informação para mobilização e visibilidade.

6.1.3 Memória e Arquivamento

Neste trabalho se tem a concepção de memória como “a capacidade que os seres vivos têm de adquirir, armazenar e evocar informações” (Mourão Júnior e Faria, 2014). Dito isto, com 11 (onze) trabalhos o termo Memória e Arquivamento agrega as seguintes palavras-chave: Memória Negro; Memória" (3 vezes); Arquivo Pessoal; Arquivos Pessoais; Informação e Memória e Performance da memória. A alta frequência desses termos mostra a ênfase na preservação da história e das narrativas negras, o que é crucial para combater o apagamento histórico e garantir a documentação e o reconhecimento das contribuições da população negra.

6.1.4 Interseccionalidade entre Raça e Gênero

Na categoria Interseccionalidade entre Raça e Gênero foram encontrados 8 (oito) trabalhos, com destaque nas pesquisas que envolvem mulheres negras, com 4 (quatro) ocorrências, estando as demais distribuídas nas palavras-chaves: Gênero; Feminicídio; Feminismo negro; Feminismos negros e Interseccionalidades.

Dentro desta perspectiva, pode-se remeter interseccionalidade como:

[...] uma teoria transdisciplinar que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado. Ela refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual. O enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas

categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais (Bilge, 2009, p. 70).

Essa alta frequência sugere que as pesquisas não apenas abordam a questão racial de maneira isolada, mas também consideram as complexas interseções entre raça e gênero. As mulheres negras, além de enfrentarem racismo, também lidam com o sexismo, o que demanda uma abordagem que considere essas múltiplas camadas de opressão. Tais pesquisas buscam entender como essas interseções impactam a vivência das mulheres negras em diferentes esferas, incluindo a educação, o mercado de trabalho e o acesso à informação.

6.1.5 Tecnologia e Comunicação

As temáticas ligadas à Tecnologia e Comunicação surgem com 6 ocorrências, através das palavras-chaves: Redes digitais; Comunicação em rede; Tecnologias da Comunicação e Informação (TICS); Blogs de funk; Internet e Novas Tecnologias de Informação e Comunicação.

Nesse cenário, entende-se que as novas tecnologias:

[...] têm papel primordial na disseminação de informação -conteúdo simbólico -local e global; na criação de uma rede de comunicação interligando culturas e identidades de vários países e, principalmente, na construção de subjetividades -a produção do sentido do discurso. (Silva, 2017, p. 68)

A presença desses termos aponta para um interesse em explorar como as novas ferramentas digitais podem ser utilizadas para desafiar ou perpetuar as narrativas racistas, indicando um potencial de empoderamento da comunidade negra no ambiente digital.

6.1.6 Educação e Decolonialidade

Os termos relacionados à categoria Educação e a Decolonialidade aparecem em 5 ocorrências, com as palavras-chave: Luta pela educação; Decolonialidade (2 vezes) e "Currículos".

Portanto, neste âmbito tem-se o conceito de decolonialidade:

A decolonialidade indica uma postura, uma atitude continua de transformação, transgressões e insurreições que viabilizem a exteriorização do colonialismo/colonialidade não desfazendo-os ou

revertendo-os num pós- colonialismo, mas sim superando-os. (Silveira e Zalembessa, 2021, p. 37.)

A frequência desses termos evidencia uma preocupação em descolonizar as práticas educacionais e curriculares, promovendo uma visão mais inclusiva e representativa da população negra dentro do contexto educacional.

6.1.7 Cidadania e Políticas Sociais

No que diz respeito às Políticas Públicas entende-se como “um conjunto de programas e ações, caracterizadas pela garantia da oferta de bens e serviços, transferências de renda e regulação de elementos do mercado, que visam alcançar a proteção e a promoção social”. (Rossini e Borkovski, 2017, p. 58).

Os termos relacionados à Cidadania e Políticas Sociais aparecem 6 vezes, incluindo: Cidadania étnica; Esfera Pública; Cenários sociais; Classe social; Violência de gênero e Biopoder."

Esses termos refletem uma análise das políticas sociais e dos direitos da população negra, com foco na cidadania e na esfera pública, o que indica uma preocupação com a igualdade de direitos e o reconhecimento da população negra na esfera pública.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os repositórios digitais, como a BDTD, desempenham um papel fundamental para o reconhecimento do campo científico em diferentes áreas do conhecimento, fornecendo acesso fácil e aberto a uma grande quantidade de teses e dissertações, de diversas áreas do conhecimento, produzidas em instituições de ensino superior.

Nesse sentido, pode-se inferir que se está diante de um ponto crucial para uma pesquisa interdisciplinar, como a que investiga a representação do negro na Ciência da Informação, uma vez que possibilita a análise de diferentes perspectivas e contextos.

No caso da BDTD, oferece ainda a oportunidade de analisar o histórico e a evolução das pesquisas sobre o tema ao longo do tempo, ao examinar teses e dissertações de diferentes anos, podendo identificar tendências, mudanças de foco e lacunas no conhecimento, contribuindo para uma compreensão mais completa da área de estudo.

Este estudo partiu do interesse preliminar de refletir sobre o negro na Ciência da Informação, buscando responder a questão-chave: com que frequência os termos Ciência da Informação e Negro apareceram relacionados nas teses e dissertações selecionadas? De que forma o negro é representado nas teses da área da CI analisadas?

A investigação envolveu uma pesquisa descritiva, empregando, em sua etapa inicial, a pesquisa bibliográfica e documental com destaque na Revisão Sistemática de Literatura.

Assim o objetivo geral, analisar a representação do negro na CI, descrita nas teses e dissertações indexadas na BDTD, no recorte temporal de 2002 a 2022, desdobrou-se em 2 objetivos específicos:

O primeiro, mapear as teses e dissertações, na área da CI, indexadas na BDTD, que abordam o corpus da pesquisa devidamente alcançado;

O segundo, relacionar, relacionar as formas de representação do negro nas teses indexadas na BDTD.

Constatou-se que algumas produções têm um foco mais histórico, explorando as experiências dos negros ao longo do tempo e em diferentes contextos sociais e geográficos. Outras teses abordam questões contemporâneas, como a representação dos negros nas mídias sociais e nas plataformas digitais. Essa combinação de

perspectivas históricas e contemporâneas enriquece nossa compreensão da representação dos negros na Ciência da Informação.

Destacam-se, também, os desafios enfrentados pelos negros, incluindo discriminação, violência, marginalização e exclusão social. No entanto, ainda ressaltam as resistências, lutas e estratégias de empoderamento adotadas pelas comunidades negras para reivindicar sua voz, identidade e espaço na sociedade.

Embora haja desafios significativos, as pesquisas também apontam para potencialidades e oportunidades de transformação e mudança. As narrativas, iniciativas e movimentos liderados por negros são reconhecidos como fontes de conhecimento, resistência e empoderamento que influenciam positivamente a representação dos negros na Ciência da Informação.

Considera-se que os trabalhos analisados oferecem uma visão multifacetada e enriquecedora da representação do negro na Ciência da Informação, destacando tanto os desafios quanto as possibilidades de promover uma representação mais inclusiva, equitativa e empoderadora. Espera-se que a temática desta pesquisa possa trazer contribuições para o campo de estudo e assim ampliar o diálogo e a reflexão sobre questões de justiça social, diversidade e inclusão dentro do campo da Ciência da Informação e da sociedade em geral.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, C. A. Á. O que é Ciência da Informação?. **Informação & informação**, v. 19, n. 1, p. 01-30, 2014. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/15958>. Acesso em: 29 jun. 2024.
- BEIGUELMAN, G. Memórias da amnésia: políticas do esquecimento. São Paulo: Edições Sesc, 2019.
- BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES**. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/>. Acesso em: 16 out. 2023.
- BILGE, S. Interseccionalidade desfeita: salvando a interseccionalidade dos estudos feministas sobre interseccionalidade. **Revista Feminismos**, v. 6, n. 3, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/33680>. Acesso em: 23 jun. 2024.
- BRASIL. Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890. Promulga o Código Penal. Coleções de Lei do Império Brasileiro. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília – DF, 11 out. 1890. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D847.htm. Acesso em 19 jan 2021.
- BRASIL. Lei de 7 De novembro de 1831. Declara livres todos os escravos vindos de fôra do Imperio, e impõe penas aos importadores dos mesmos escravos. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília – DF, 7 nov. 1831. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-7-11-1831.htm. Acesso em: 17 jan. 2024.
- BRASIL. Lei nº 2.040 de 28 de setembro de 1871. Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daquelles filhos menores e sobre a libertação annaul de escravos.... Coleções de Lei do Império Brasileiro. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília – DF, 28 set. 1871. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm. Acesso em: 17 jan. 2024.
- BRASIL. Presidência da República. Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília – DF, 9 jan. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 02 mar. 2024.
- BRASIL. Presidência da República. Lei nº 11.645, de 10 março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. **Diário Oficial [da] República Federativa do**

Brasil, Brasília – DF, 10 mar. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 02 mar. 2024.

BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília – DF, 24 de nov. de 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.html. Acesso em: 02 mar. 2024.

BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE. 2024. Disponível em: <https://www.budapestopenaccessinitiative.org/boai10/portuguese-brazilian-translation/>. Acesso em 11 fev. 2024.

CASHMORE, E. **Dicionário de relações étnicas e raciais**. Selo negro, 2000.

CASTELLUCCI JUNIOR, W. **No entorno de Todos os Santos**: tráfico ilegal e revoltas escravas no Recôncavo (Bahia: 1831-1850). Salvador: EDUFBA, p. 103-127, 2011.

CIRQUEIRA, D. M. A mística do racismo: narrativas de estudantes negras/os universitários sobre racismo na educação formal. **Itinerarius Reflectionis**, v. 6, n. 2, 2010. Disponível: <https://revistas.ufj.edu.br/rir/article/view/32863>. Acesso em: 10 jun. 2023.

DOMINGUES, P. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, v. 12, p. 100-122, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/yCLBRQ5s6VTN6ngRXQy4Hqn/?lang=pt>. Acesso em 11 fev. 2024.

DOS SANTOS, D. V. C. Acerca do conceito de representação. **Revista de Teoria da História**, v. 6, n. 2, p. 27-53, 2011. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/09/opinion/1562688743_395031.html. Acesso em: 17 out. 2023.

FERREIRA, J.; AMARAL, A. Memória eletrônica e desterritorialização. **Política & Sociedade**, v. 4, p.137-166, abr. 2004. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/informacaoempauta/article/view/42609>. Acesso em: 20 out. 2023.

GALVÃO, M. C. B.; RICARTE, I. L.M. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação. **Filosofia da informação**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p.57-73, set.2019/fev. 2020. Disponível em: <https://revista.ibict.br/fiinf/article/view/4835>. Acesso em: 13 out. 2023.

GALVÃO, T. F.; PEREIRA, M. G. Revisões sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 23, n. 1, p. 183-184, jan./mar. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ress/a/yPKRNymgtzwzWR8cpDmRWQr/>. Acesso em: 17 out. 2023.

GOMES, N. L. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil**: uma breve discussão. História. Coleção para todos. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília - Ministério da Educação - 2005. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2017/03/Alguns-termos-e-conceitos-presentes-no-debate-sobre-Rela%C3%A7%C3%B5es-Raciais-no-Brasil-uma-breve-discuss%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 23 out. 2023.

GOMES, N. L. *et al.* Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. **Educação anti-racista**: caminhos abertos pela Lei Federal, v. 10639, n. 03, p. 39-62, 2005.

GOMES, N. L. O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes. **Política & Sociedade**, v. 10, n. 18, p. 133, 2011. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4251758/mod_resource/content/0/movimento%20negro%20produ%C3%A7%C3%A3o%20saberes.pdf. Acesso em: 08 jan. 2024.

HALL, S. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora da UFMG. Brasília, DF, 2003.

JÚNIOR, A. F.; BITTAR, M. Educação jesuítica e crianças negras no Brasil colonial. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 80, n. 196, 1 dez. 1999.

LEITE, F. C. L.; COSTA, S. Repositórios institucionais como ferramentas de gestão do conhecimento científico no ambiente acadêmico. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 11, n. 2, p. 206-219, maio/ago, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/xHsy3pkHDq3w6Sm3PLvPRVL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 mar. 2023.

LEITE, S. J. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro; Lisboa: Portugal, 1949. t. 7. 490 p.

MINAYO, M. C. S; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, jul./sep.1993. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/Bgpmz7T7cNv8K9Hg4J9fJDb/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 out. 2023.

MISSIATTO, Leandro Aparecido Fonseca. Memoricídio das populações negras no Brasil: atuação das políticas coloniais do esquecimento. *Revista Memória em Rede*, v. 13, n. 24, p. 252-273, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/Memoria/article/view/20210>. Acesso em: 18 set. 2023.

MONTEIRO, Silvana Drumond; CARELLI, Ana Esmeralda; PICKLER, Maria Elisa Valentin. A ciência da informação, memória e esquecimento. **DataGramaZero-Revista de Ciência da Informação**, v. 9, n. 6, p. 3-16, 2008. <https://cip.brapci.inf.br/download/45116>. Acesso em: 20 dez. 2023.

MOURÃO JUNIOR, C. A.; FARIA, N. C. Memória. Psychology. **Psicologia Reflexão e Crítica, Porto Alegre**, v. 28, n. 4, p. 780-788, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prc/a/kpHrP364B3x94KcHpCkVvKQM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 out. 2023.

OLIVEIRA, J. F.; FONSECA, M. A pós-graduação brasileira e o seu sistema de avaliação. In: OLIVEIRA, J. F.; CATANI, A. M.; FERREIRA, N. S. C. **Pós-Graduação e avaliação: impactos e perspectivas no Brasil e no cenário internacional**. Campinas: Mercado de Letras, 2010. p. 15-52.

ORSO, P. J. **Elitização da universidade brasileira em perspectiva histórica**. Roteiro, [S. l.], v. 45, p. 1–16, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/22156>. Acesso em: 24 jun. 2024.

PAULINO, S. C.; OLIVEIRA, R. Vadiagem e as novas formas de controle da população negra urbana pós-abolição. **Direito em Movimento**, v. 18, n. 1, p. 94-110, 2020. Disponível em: <https://ojs.emerj.com.br/index.php/direitoemmovimento/article/view/195/225>. Acesso em 19 jan. 2021.

PEREIRA, A. A. **Movimento negro no Brasil republicano**. Educação e Relações Raciais, p. 159, 2012.

ROSSINI, N.; ROTTA, E.; BORKOVSKI, A. Políticas públicas sociais e desenvolvimento: tecendo relações. In: SIMPÓSIO IBEROAMERICANO EM COMÉRCIO INTERNACIONAL, INTERNACIONAL, DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO REGIONAL, 8., 2017, Rio Grande do Sul, **Anais [...]**, Rio Grande do Sul: Cerro Largo, 2017.

SANTANA, J. C. Lei de Cotas, Políticas da (In) Visibilidade e Cidadanias Decoloniais. **Educação & Realidade**, v. 48, p. e122396, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/9BnwTQjktTsc8JSbd8p9qqK/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 02 mar. 2024.

SANTOS, A. P. L. dos; RODRIGUES, M. E. F. Biblioteconomia: gênese, história e fundamentos. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 9, n. 2, p. 116-131, 2013. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/248>. Acesso em: 23 set. 2023.

SARACEVIC, T. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. **Perspec. Ci. Inf.**, v.1, n.1, p.41-62, jan./jun.1996. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22308>. Acesso em: 26 set. 2023.

SAYÃO, L. F.; SALES, L. F. Algumas considerações sobre os repositórios digitais de dados de pesquisa. **Informação & Informação**, v. 21, n. 2, p. 90-115, 2016. Disponível: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/27939/20122> Acesso em: 15 out. 2023.

SILVA, T. P. da. TICS: resistência das mulheres negras. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 13, p. 67-71, 2017. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/757>. Acesso em: 30 out. 2023.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Rev. Atual. 3 ed., Florianópolis: Laboratório de Ensino à Distância da UFSC, 2001. Disponível: https://tccbiblio.paginas.ufsc.br/files/2010/09/024_Metodologia_de_pesquisa_e_elaboracao_de_teses_e_dissertacoes1.pdf. Acesso em: 15 out. 2023.

SILVEIRA, J. I.; NASCIMENTO, S. L.; ZALEMBESSA, S. Colonialidade e decolonialidade na crítica ao racismo e às violações: para refletir sobre os desafios educação em direitos humanos. **Educar em Revista**, v. 37, p. e71306, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/X3D3CtSHRk4kKkTfC9HGbHF/>. Acesso em: 25 jan. 2024.

APÊNDICE A – TESES UTILIZADAS NA PESQUISA

TÍTULO	PALAVRAS-CHAVE	REFERÊNCIA
Estratégias de Comunicação e Ativismo Feminino na Esfera Pública Midiática: Estudo sobre a participação de jovens negras no hip-hop, a construção de identidades e sua presença na internet.	Tecnologias da Comunicação e Informação. Hip-hop. Mulheres Negras. Ativismo Feminino. Esfera Pública. Comunicação.	SILVA, C. R. da. Estratégias de Comunicação e Ativismo Feminino na Esfera Pública Midiática : Estudo sobre a participação de jovens negras no hip-hop, a construção de identidades e sua presença na internet. 2011. Tese (doutorado em Comunicação) – Universidade Metodista de São Paulo, 2011.
Mulheres negras - tecendo identidades com cabelos e artefatos culturais: uma questão para os currículos	Imagem. Identidades. Artefatos. Currículos.	CHAGAS, C. R. R. P. das. Mulheres negras - tecendo identidades com cabelos e artefatos culturais : uma questão para os currículos. 2013. 166 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
Usos da internet nos movimentos sociais negros em rede na luta pela igualdade racial no Brasil: estudo de caso da Agência Afropress	Afro-brasileiro. Comunicação em rede. Movimentos sociais negros. Internet.	CHAVES, L. S. Usos da internet nos movimentos sociais negros em rede na luta pela igualdade racial no Brasil : estudo de caso da Agência Afropress. 2014. 197 f. Tese (doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2014.
O branco ante a rebeldia do desejo: um estudo sobre a branquitude no Brasil	Ciências sociais. Identidade. Pesquisadores. Questão racial.	CARDOSO, L. O branco ante a rebeldia do desejo : um estudo sobre a branquitude no Brasil. 2014. 290 f. Tese (doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo, 2014.
Movimentos em movimento: uma visão comparativa de dois movimentos sociais juvenis no Brasil e Estados Unidos	Movimentos sociais urbanos. Movimentos sociais juvenis. Movimentos sociais autonomistas. Direito à cidade. Luta pela educação. Luta pelo transporte. Novas tecnologias de informação e comunicação. Novíssimos movimentos sociais.	SARAIVA, A. C. Movimentos em movimento : uma visão comparativa de dois movimentos sociais juvenis no Brasil e Estados Unidos. 2010. 258 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

	Lógica da afinidade pela afinidade.	
Trabalho, profissionalização, identidade e relações de gênero no campo da tecnologia da informação	Profissional de TI. Profissional de Informática. Identidade. Profissionalização Gênero. Raça.	SOUZA, T. P. Trabalho, profissionalização, identidade e relações de gênero no campo da tecnologia da informação . 2016. 363 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Ciências Sociais. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.
O papel de representações sobre raça e classe social no preconceito e discriminação	Cor da pele. Classe social. Discriminação. Preconceito.	LIMA, T. J. S. de. O papel de representações sobre raça e classe social no preconceito e discriminação . 2016. Tese (doutorado em Psicologia Social) – Universidade Federal da Paraíba, 2016.
Identidade negra e mediações da informação (étnico-racial) em blogs de funk	Identidade negra. Blogs de funk. Ética intercultural da informação. Informação étnico-racial. Mediação da informação. Ciência da Informação.	SILVA JÚNIOR, J. F. Identidade negra e mediações da informação (étnico-racial) em blogs de funk . 2019. 241 f. Tese (doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019.
O arquivo pessoal de Heliton Santana como fonte de informação e memória: a militância social na Paraíba	Informação. Memória. Movimento Negro. Arquivos Pessoais. Heliton Santana.	SILVA, V. de L. O arquivo pessoal de Heliton Santana como fonte de informação e memória: a militância social na Paraíba . 2019. Tese (doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, 2019.
“Foi uma luta grande que nós tivemos aqui”: etnogênese e territorialidade do Quilombo do Rosa, Macapá/AP	Movimento quilombola. Cidadania étnica. Território. Memória. Amazônia.	Silva, D. J. de S. “Foi uma luta grande que nós tivemos aqui” : etnogênese e territorialidade do Quilombo do Rosa, Macapá/AP. 2019. 273 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.
Feminismo negro e epistemologia social: trajetórias de vida de pesquisadoras negras em Biblioteconomia e Ciência da Informação	Biblioteconomia. Ciência da Informação. Feminismo negro. Epistemologia social. Trajetórias de vida. Mulheres Negras. Mulheres Negras e Ciência.	SILVA, L. K. R. da. Feminismo negro e epistemologia social: trajetórias de vida de pesquisadoras negras em Biblioteconomia e Ciência da Informação . 2020. 250 f. Tese (doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2020.
O negro escravo na Paraíba a partir dos inéditos	Informação e Memória.	VIDAL, F. C. de M. O negro escravo na Paraíba a partir dos

de Ademar Vidal: preposto informacional na construção da memória	Memória Negro. Escravo na Paraíba. Arquivo Pessoal de Ademar Vidal. Documentos.	inéditos de Ademar Vidal: preposto informacional na construção da memória. 2020. Tese (doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de da Paraíba, João Pessoa, 2020.
A escrita de si de mulheres negras: memória e resistência ao racismo.	Mulheres negras. Dispositivo de racialidade. Biopoder. Memória. Escrita de si.	BRITO, B. M. S. de. A escrita de si de mulheres negras: memória e resistência ao racismo. 2020. 280 f. Tese (Doutorado em Cultura e Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.
A comunicação afrodiaspórica decolonial de mulheres negras brasileiras de quatro coletivos nas redes digitais	Comunicação. Redes digitais. Decolonialidade. Racismo. Estratégias sensíveis. Feminismos negros.	SANTOS, C. M. S. dos. A comunicação afrodiaspórica decolonial de mulheres negras brasileiras de quatro coletivos nas redes digitais. 2020. 314 f. Tese (doutorado em Teoria e Pesquisa em Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.
Análise crítica do discurso sobre a democracia racial em Casa-Grande e Senzala, nas notícias e na hashtag: #justiçapormiguel.	Racismo. Análise crítica do discurso. Gylberto Freyre.	SILVA, F. P. de S. Análise crítica do discurso sobre a democracia racial em Casa-Grande e Senzala, nas notícias e na hashtag: #justiçapormiguel. 2021. 213 f. Tese (doutorado em Ciências da Linguagem) – Universidade Católica de Pernambuco, 2021.
Compadrio, parentesco e família: escravizados, libertos e livres na paróquia de São José de Taquari/Rio Grande do Sul	Compadrio. Escravidão. Família. Registros Paroquis. Taquari.	PIRES, K. D. Compadrio, parentesco e família: escravizados, libertos e livres na paróquia de São José de Taquari/Rio Grande do Sul. 2021. 167 f. Tese (Doutorado em Ambiente e Desenvolvimento) – Curso de Ambiente e Desenvolvimento, Universidade do Vale do Taquari - Univates, Lajeado, 2021.
A performance da memória e as trabalhadoras domésticas: um estudo entre Antropologia e Ciência da Informação na exposição de longa duração do museu Muquifu	Trabalhadora doméstica. Performance da memória. Museu comunitário. Muquifu. Etnografia.	COAN, S. A performance da memória e as trabalhadoras domésticas: um estudo entre Antropologia e Ciência da Informação na exposição de longa duração do museu Muquifu. 2022. 308 f. Tese (doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

“Vidas matáveis”: feminicídio de mulheres negras e interseccionalidades de gênero, raça e classe	Violência de gênero. Feminicídio. Interseccionalidades. Mulheres negras. Cenários sociais.	GONÇALVES, S. A. “Vidas matáveis”: feminicídio de mulheres negras e interseccionalidades de gênero, raça e classe. 2022. 224 f. Tese (doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.
As marcas da rua: experiências decoloniais de consumo no hip-hop	Marcas urbanas. Consumo. Experiência Estética. Decolonialidade. Hip-Hop.	BARBOSA, M. R. da S. As marcas da rua: experiências decoloniais de consumo no hip-hop. 2022. 237 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022.